

GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

PROTÓCOLO
REGISTRO GERAL LEGISL.
12 § de 07102 / 1997
Autuado c/ 87 fôlhas
Ass. *[Signature]*
São Paulo, 27 de dezembro de 1996.

Publique-se Inclua-se em
pauta por cinco sessões
03 fevereiro / 1997
RICARDO TRÍPOLI - Presidente

A-nº 113/96

FLS. N.º 01
PROC. 1280

Senhor Presidente

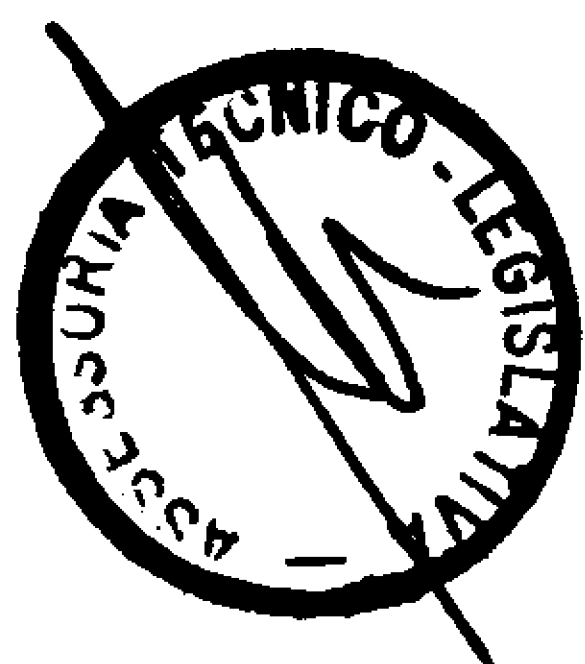
Recebido na Secretaria Geral Parlamentar
às 14 horas 15 minutos
S. Paulo, 27 de dezembro de 1996
[Signature] Boas

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembléia, o incluso projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Triênio 1997/1999, o qual, de conformidade com o preceituado no artigo 174, inciso I, § 1º da Constituição do Estado, estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A elaboração do projeto e do documento que o integra norteou-se pelos princípios da racionalidade e da modernização administrativa, com vistas à melhoria dos serviços públicos prestados à população, privilegiando a parceria com o setor privado e outras esferas de Governo, para o atendimento das demandas sociais, notadamente na área da infra-estrutura.

O Plano Plurianual que se pretende instituir é amplamente pormenorizado e justificado no documento anexo à propositura, no qual se analisam as perspectivas para a sociedade paulista, no limiar do novo século, e temas como a competitividade e o desenvolvimento social no contexto econômico de São Paulo, consideradas as suas repercussões no cenário nacional. Dentro desse quadro, delineiam-se as metas de saneamento das finanças estaduais, assim como as estratégias e diretrizes da ação do Governo, e definem-se os investimentos segundo áreas preferenciais de atuação concentrada. Projetos e ações prioritários são estabelecidos para o período 1997-1999, com ênfase em três linhas de atuação: capacitação do Estado, por meio de mudanças profundas da gestão pública; ampliação da com-

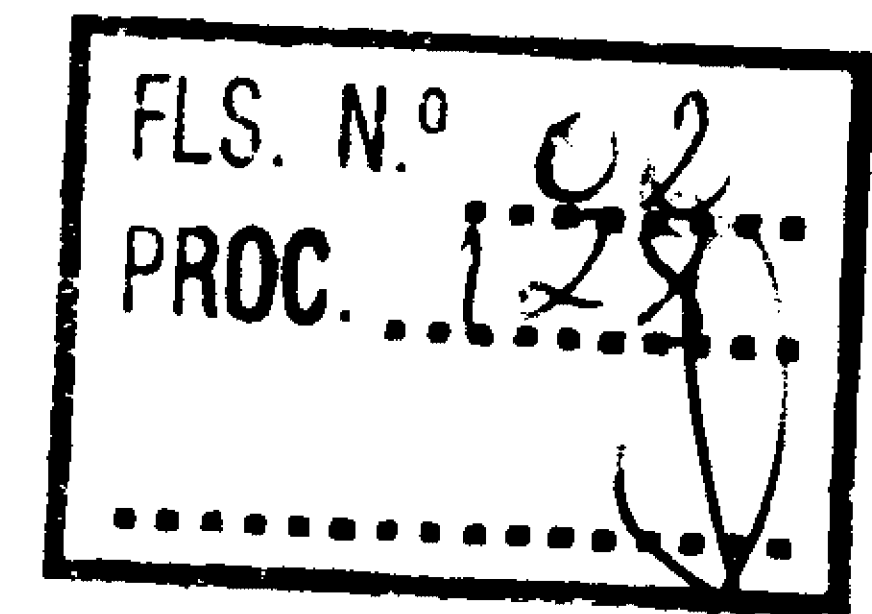
ENTREGUE A MESMA EM:
000008
3 FEV 15 01 76





GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

- 2 -



petitividade da economia paulista, visando resgatar a eficiência do sistema de infra-estrutura para apoiar a retomada do crescimento econômico; e garantia do desenvolvimento social, mediante atos objetivos como o programa de geração de renda e emprego e de atração de investimentos, a melhoria da qualidade de serviços sociais básicos nos setores de educação, cultura, saúde, assistência social e habitação, e a defesa e promoção dos direitos de segurança, cidadania e justiça, com a participação da sociedade civil na diminuição e solução dos seus problemas.

Para a concretização das medidas previstas, conta o Governo com a indispensável colaboração, crítica e construtiva, dessa egrégia Casa de Leis, cuja participação no exame das questões fundamentais de interesse coletivo jamais tem faltado à Administração estadual.

Deve-se registrar que tanto as Diretrizes Orçamentárias como o Orçamento para 1997 são compatíveis com a presente proposta.

Acentue-se, por fim, que a revisão ou a modificação do Plano Plurianual, sempre mediante lei, são ensejadas pela propositura, de forma a possibilitar o seu ajustamento às condições impostas pelas alterações decorrentes do contexto social, econômico e financeiro.

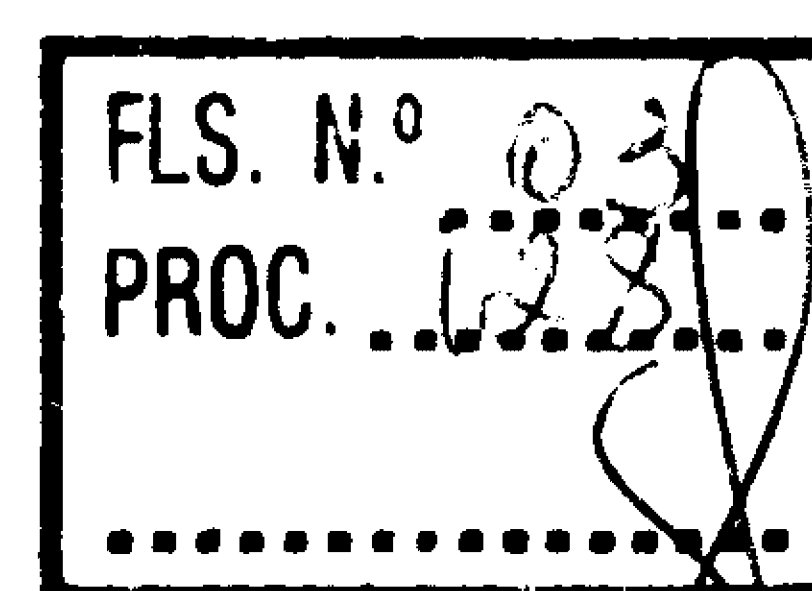
Assim justificada a iniciativa, valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu alto apreço.

Mário Covas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Ricardo Trípoli, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.



GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO



Lei nº , **de** **de** **de 1996.**

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o triênio 1997/1999.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Plano Plurianual que, de conformidade com o disposto no artigo 174, inciso I e § 1º da Constituição do Estado de São Paulo, estabelece, para o triênio 1997/1999, as ações, projetos e metas da Administração Pública Estadual.

§ 1º - Para o cumprimento das disposições constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual consideram-se:

I - ações e projetos, o conjunto de propostas que deverá nortear a atuação de Governo e

II - metas, o detalhamento pela quantificação ou qualificação das ações e projetos relacionados.

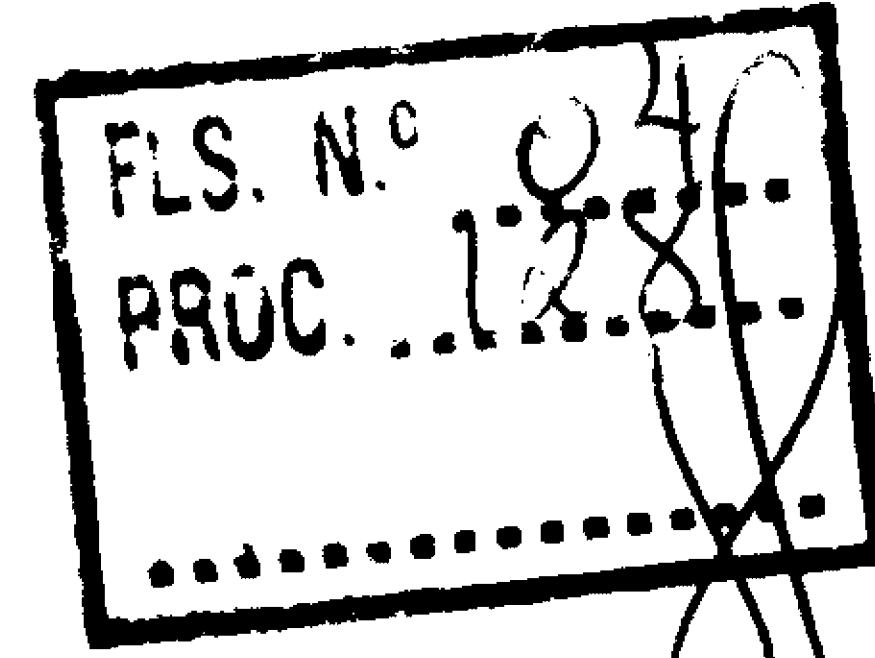
§ 2º - As ações, projetos e metas a que se refere este artigo são especificados no anexo desta lei.

Artigo 2º - O Plano Plurianual instituído por esta lei poderá ser revisado ou modificado ao longo de sua vigência, através de lei específica ou através das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais, durante o triênio 1997/1999, observado o seu ajustamento às





GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

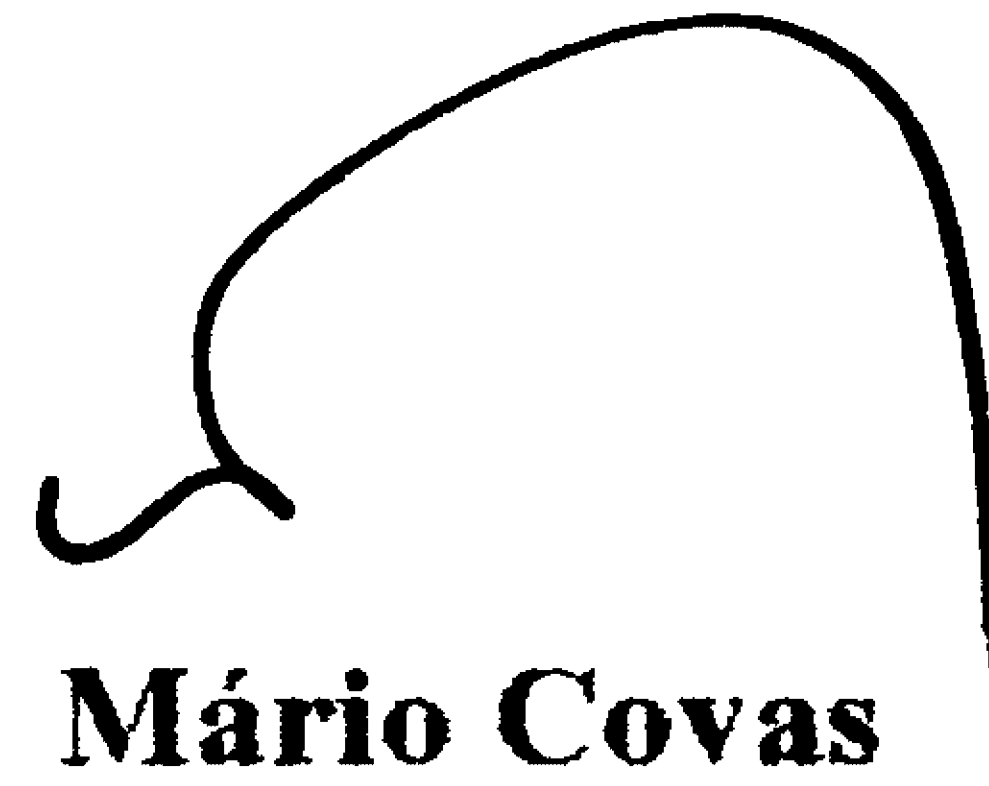


- 2 -

condições impostas pelas alterações decorrentes do contexto social, econômico e financeiro.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos _____ **de**
de 1996.

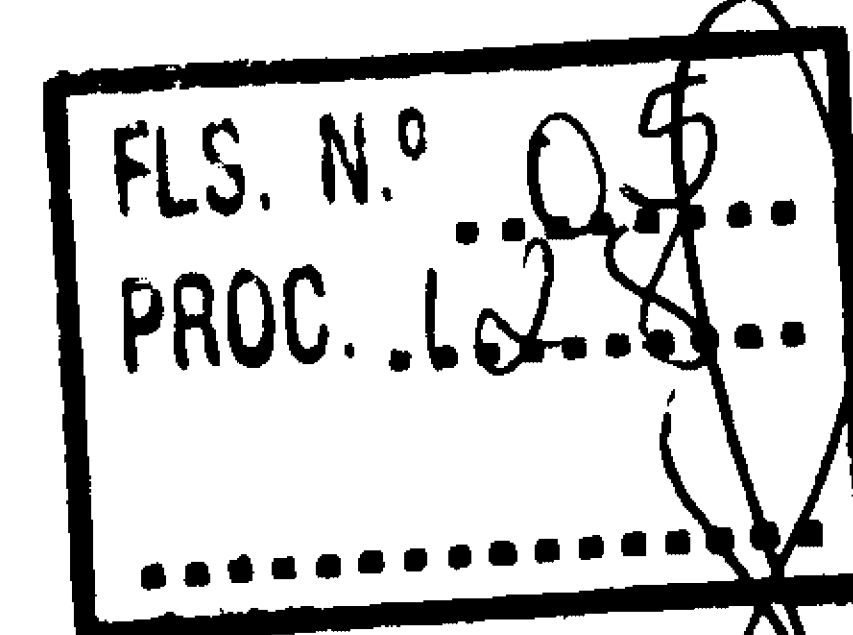


Mário Covas

TÍTULO V

Da Tributação, das Finanças e dos Orçamentos

.....



SEÇÃO IV

Da Repartição das Receitas Tributárias

.....

CAPÍTULO III

Dos Orçamentos

.....

Artigo 174 — Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes da Constituição Federal:

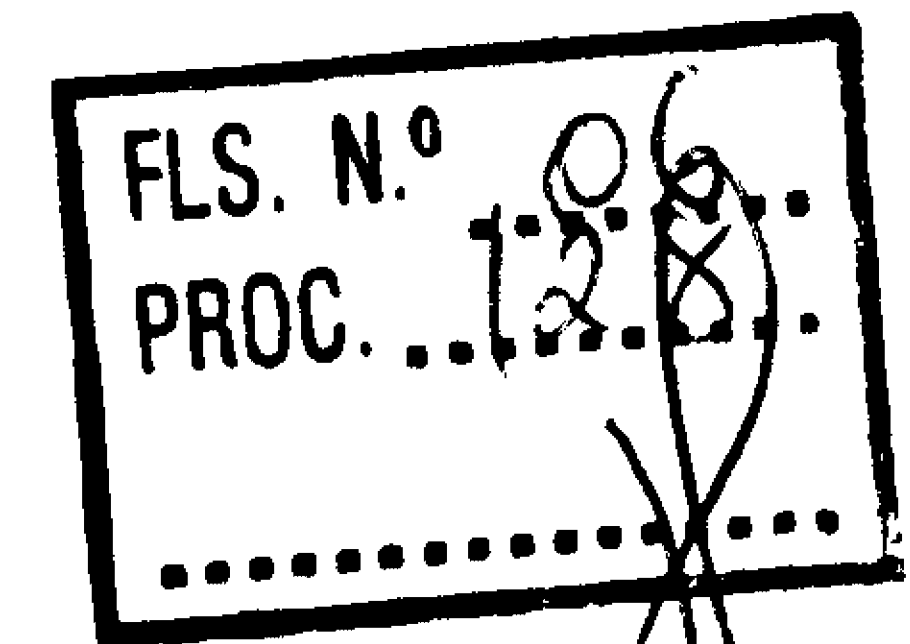
- I — o plano plurianual;
- II — as diretrizes orçamentárias;
- III — os orçamentos anuais.

§ 1.º — A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

.....



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



PLANO PLURIANUAL

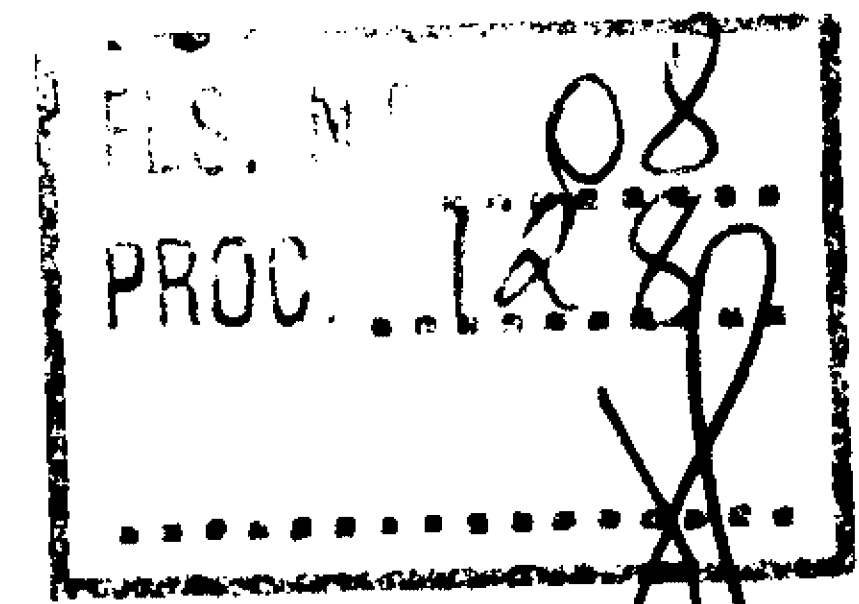
1997 - 1999

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

(Encaminhamento do Projeto de Lei do Plano Plurianual de 1997-1999)

ÍNDICE

PERSPECTIVAS PARA A SOCIEDADE PAULISTA NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO	01
I. COMPETITIVIDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	02
II. O CONTEXTO ECONÔMICO DE SÃO PAULO	05
1. O CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL	06
2. REPERCUSSÕES PARA SÃO PAULO	09
III. AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	17
- METAS DE SANEAMENTO DAS FINANÇAS ESTADUAIS	17
IV. ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES DA AÇÃO DO GOVERNO	20
- ESTRATÉGIAS DO GOVERNO	21
- DIRETRIZES DA AÇÃO DO GOVERNO	21
V. INVESTIMENTOS E AÇÃO GOVERNAMENTAL	26
VI. PROJETOS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	32
1. PROJETOS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DO ESTADO	32
1.1 GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA	33
1.2 ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	34
1.3 FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	36
1.4 SISTEMA DE DEFESA CIVIL	40
2. PROJETOS E AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ECONÔMICA	42
2.1 INFRA-ESTRUTURA	42
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	54
3. PROJETOS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	59
3.1 COMBATER O DESEMPREGO E AMPLIAR AS ALTERNATIVAS DE OCUPAÇÃO E RENDA	60
3.2 PROMOVER O ACESSO E A MELHORIA DA QUALIDADE DE SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS DE RESPONSABILIDADE PÚBLICA: EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	63
3.3 DEFENDER E PROMOVER OS DIREITOS DE SEGURANÇA, CIDADANIA E JUSTIÇA E ABRIR ESPAÇOS PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA DISCUSSÃO E SOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS	74



PERSPECTIVAS PARA A SOCIEDADE PAULISTA NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO

As perspectivas de crescimento sustentado, com estabilidade de preços, abertas pelo Plano Real trazem grandes oportunidades para a sociedade paulista, que as aproveitará na exata dimensão de sua capacidade de transformação e adaptação às novas exigências da sociedade moderna. Preços estáveis criam um clima favorável à ampliação do mercado e à recuperação dos investimentos. Entretanto, muito mais é requerido para que sejam garantidas a elevação da qualidade de vida dos paulistas, a geração de mais empregos, a atração de novos investimentos e a produção de bens e serviços com qualidade e preços competitivos no mercado, hoje cada vez mais globalizado.

Além da melhoria da infra-estrutura de suporte da atividade econômica em geral - garantindo, ao menor custo possível, transportes, energia e telecomunicações em quantidade adequada e qualidade elevada -, é imprescindível que a sociedade promova a radical melhoria das condições de trabalho, moradia, saúde, educação e segurança da imensa maioria dos cidadãos. A competitividade da economia hoje está associada à elevação do padrão de vida da população, não havendo lugar, a longo prazo, para modelos de crescimento apoiados em mão-de-obra pouco qualificada e sem acesso a bens e serviços que atendam às suas necessidades básicas. A cidadania plena, portanto, é pré-requisito para que sejam concretizadas as potencialidades abertas pelas transformações em curso.

Nesse contexto, é preciso que sejam criadas novas formas de interação entre os setores público e privado como alternativas de alavancar a competitividade da economia paulista e promover o desenvolvimento social. Ao Estado cabe a tarefa de aprofundar cada vez mais essa parceria com a sociedade, diminuir seus custos e alcançar alta produtividade nos serviços que presta, particularmente na área social.

I. COMPETITIVIDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O período abrangido pelo Plano Plurianual corresponde a uma importante etapa de amadurecimento das transformações em curso, desde o final dos anos 80, na nossa sociedade. A década de 90 marca uma inflexão substantiva nas práticas empresariais e nas políticas de Estado, em resposta ao vigoroso processo de globalização financeira, da produção e dos mercados.

O estabelecimento de novos padrões de competitividade econômica impôs profunda reciclagem nas estratégias de gestão dos negócios privados. A abertura comercial, a difusão de inovações tecnológicas, o surgimento de novas alianças entre grupos empresariais para conquista de mercados, a generalização de redes informatizadas de cooperação entre empresas, ao lado de novas técnicas de gestão e redução de custos, conduziram o setor produtivo a uma reestruturação, cujo impacto na economia paulista está sintetizado na significativa elevação da produtividade da sua indústria nos últimos anos.

Simultaneamente ao processo de reestruturação produtiva, o setor público inicia sua transição em direção a um novo marco regulatório nas relações com os agentes econômicos e com a sociedade. A abertura comercial, a privatização do setor produtivo estatal, a desregulamentação para o ingresso de capitais privados, entre outras medidas, constituem etapas significativas de redefinição do papel do Estado na era da globalização.

É necessário, contudo, completar a transição. Trata-se de manter as vantagens competitivas arduamente construídas ao longo do processo de industrialização da economia paulista e, ao mesmo tempo, revolucionar os serviços públicos oferecidos à população, assegurando novos patamares de qualidade com uma estrutura de custos menos onerosa. Portanto, dinamizar as vantagens competitivas da economia paulista e

revolucionar os serviços públicos constituem requisitos fundamentais para dar sustentação ao novo ciclo de expansão econômica e desenvolvimento social.

O aprimoramento da infra-estrutura econômica é requisito básico para baratear os custos de produção e atender aos fluxos de uma economia em expansão. O Programa Estadual de Desestatização e Parcerias com a Iniciativa Privada será o instrumento adequado para promover a retomada dos investimentos em transporte, energia e outros setores fundamentais. Por seu turno, o Estado não abdicará de sua missão de coordenar ações estratégicas que conduzam a novos patamares de integração e diversificação da atividade produtiva, gerando impactos positivos sobre o emprego e a renda. Com essa finalidade, criou o Programa de Desenvolvimento e Competitividade, que estabeleceu as Câmaras Paulistas como fórum de negociação e cooperação entre os diversos atores da sociedade visando dinamizar a economia paulista e elevar os padrões de bem-estar da população.

A variada gama de serviços públicos deve sofrer radical transformação. Trata-se de elevar substantivamente o padrão de atendimento com custos menores e maior retorno social. Informatizar os serviços, estabelecer programas de qualidade, reduzir o patamar de custeio, são algumas das metas a serem atingidas. Por sua vez, o aumento de produtividade nos serviços públicos, as reformas administrativa e patrimonial e o equacionamento da dívida estadual constituem iniciativas que visam à recuperação da capacidade de investimento do Estado de São Paulo, nas áreas sociais.

Trata-se de, gradativamente, ampliar as fontes de financiamento para a área educacional, a expansão dos programas habitacionais e de saneamento básico, de atendimento médico-hospitalar e de segurança pública. Para potencializar e dar mais eficácia aos programas sociais, o Governo do Estado busca também a parceria dos municípios. Além disso, é igualmente relevante que estabeleça políticas específicas de estímulo à geração de empregos, bem como políticas compensatórias de renda e de promoção da empregabilidade através da elevação da escolaridade e da requalificação profissional.

Caminhar nessa direção tem significado para o atual Governo a árdua tarefa de recuperar o Estado, colocando-o de pé e, novamente, em condições de formular e implementar políticas. A superação dos entraves para a sua atuação, entretanto, deriva de uma conjuntura delicada. Em primeiro lugar, o processo de globalização e de reestruturação da economia tem ocorrido em ritmo e profundidade difíceis de serem acompanhados pelas pesadas burocracias estatais em todo o mundo, prisioneiras dos tradicionais papéis desempenhados no passado, que hoje mostram-se disfuncionais. Em segundo lugar, o Estado brasileiro enfrenta problemas peculiares, como o seu aprisionamento por grupos de interesse e corporações que acabaram por privatizar muitas de suas instâncias, colocando-o em descompasso com a sociedade civil e com os princípios de convívio democrático. Finalmente, a dificuldade da conjuntura paulista revela-se na desordem de suas contas públicas, particularmente em função de enorme dívida acumulada e nas arcaicas estruturas administrativas e de gestão.

Assim, entre a construção de um Estado moderno e eficiente - isto é, forte e capaz de implementar ações estratégicas, regulador e fiscalizador, não privatizado, democrático, voltado para a solução dos desequilíbrios sociais e espaciais - interpõe-se uma conjuntura cujo enfrentamento é inevitável. Seja pela administração do ritmo e dos efeitos negativos que a globalização tem representado para setores da economia paulista, pelo combate a práticas viciadas do setor público e dos interesses ilegítimos nele alojados, ou seja pelo ajuste das contas públicas, o Governo paulista vem realizando uma política de travessia para um patamar mais próximo do Estado que se deseja ver construído. A execução das ações e projetos apresentados em seu Plano Plurianual representará um avanço concreto para esse objetivo.

II. O CONTEXTO ECONÔMICO DE SÃO PAULO

A retomada do crescimento com estabilidade de preços, propiciada pelo Plano Real, apresenta oportunidades para o desenvolvimento de São Paulo derivadas, em sua maior parte, da expansão do seu importante mercado interno. Além disso, a expectativa de que essa retomada ocorra com base na expansão preponderante dos investimentos do setor privado reforça a dinâmica de sua economia.

Características estruturais da economia do Estado propiciam a continuidade da absorção de parte considerável dos investimentos realizados pelo setor privado, especialmente aqueles com maior conteúdo tecnológico. São Paulo concentra os segmentos mais avançados da indústria brasileira, cujo processo de ajuste de produtividade tem sido bastante significativo nos últimos anos. Como tais ajustes têm a função de preparar a expansão da capacidade produtiva, pode-se esperar um impacto grande para a indústria paulista, no contexto de uma elevação geral dos investimentos privados. Ao mesmo tempo, deve-se ter em conta que fatores como a capacitação e a qualificação da mão-de-obra, a qualidade da rede viária, a dimensão do mercado interno e o grau de desenvolvimento dos serviços, para os quais São Paulo dispõe de vantagens indiscutíveis, devem continuar exercendo forte influência sobre a alocação dos projetos de investimento. Deve-se levar em conta, todavia, que não se deve esperar a reprodução do padrão de crescimento observado em décadas passadas. Ao contrário, São Paulo perde vantagens comparativas em setores tradicionais, mas ganha com relação aos de maior sofisticação tecnológica.

Por sua vez, também a esperada expansão moderada dos investimentos públicos, cujo papel em relação às taxas de crescimento do PIB é cada vez mais restrito, deverá provocar impactos relevantes. Em primeiro lugar, porque os investimentos do Governo Federal devem contribuir para a correção dos desequilíbrios regionais, aliviando as pressões sociais normalmente exercidas sobre o Estado, na medida em que novas

oportunidades derivem do aumento da atividade econômica em outros estados da federação. Em segundo lugar, porque projetos como o gasoduto Brasil-Bolívia e investimentos no setor de telecomunicações devem contribuir de forma decisiva para a manutenção das vantagens presentes na infra-estrutura paulista.

Se é correto, entretanto, supor que São Paulo dispõe de condições para acompanhar um período de crescimento econômico, também é certo notar que é fundamental a superação de restrições ao desenvolvimento paulista, considerando-se um horizonte mais longo de tempo. Com a crescente globalização da economia, tornam-se imprescindíveis ações que possam efetivamente ampliar a competitividade de sua economia, seja no contexto nacional ou no tocante à sua inserção externa. E dentre os pontos exigidos para o avanço sistêmico da competitividade da economia paulista dois são os eixos que merecem destaque. O primeiro deles reside no avanço e na modernização da infra-estrutura, de forma que sejam viabilizadas constantes reduções no nível geral de custos. O segundo ponto é a urgência de reorganização das finanças públicas, imprescindível para a adoção de medidas eficazes no campo social, que pode ser agravado rapidamente como simples consequência da assimilação e propagação das novas tecnologias e estruturas organizacionais inerentes ao novo processo produtivo.

1. O CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL

As expectativas sobre o desempenho da economia brasileira nos próximos anos, conforme expressas no Plano Plurianual do Governo Federal para 1996-1999, estão fundamentadas no processo de consolidação do Plano Real e no aprofundamento das mudanças estruturais até aqui observadas. Continuidade da estabilização, manutenção do crescimento e consolidação da abertura externa são considerados os três grandes desafios econômicos que o País tem pela frente, e para os quais são fixadas metas a serem alcançadas no período.

Para o Produto Interno Bruto, estima-se o crescimento médio de 4,6% para o período, com taxas mais moderadas nos primeiros dois anos, em função dos ajustes necessários à estabilização. Para o investimento, variável-chave do crescimento, a expectativa é que este passe de 18,5% (final de 1995) para 20,5% do PIB, em 1999. Os novos investimentos seriam preponderantemente realizados pelo setor privado, que iriam de 15,9% para 17,3% do PIB.

Quanto aos demais componentes da demanda agregada, tem-se a seguinte expectativa para 1996-99: taxa média de crescimento do consumo de 4,4%, com 3,7% para o consumo do setor privado e 7,2% para o consumo do Governo; crescimento médio anual das exportações da ordem de 8,7%; para as importações, prevê-se uma expansão de cerca de 4,9%; e balança comercial com superávit médio anual em torno de US\$ 1,8 bilhão.

Relativamente ao equilíbrio fiscal, a principal meta é eliminar o déficit público (conceito operacional), promovendo um superávit primário médio de 0,8% do PIB. A queda gradual da taxa de juros, o crescimento do PIB de 4,6%, em média, e a receita proveniente das privatizações, cujo total no período é estimado em cerca de 2,5% do PIB, ou R\$ 21,4 bilhões (preços médios de 1996), combinados, permitiriam uma redução da dívida pública em torno de 9 pontos percentuais do PIB. O que, por sua vez, contribui para a queda dos encargos financeiros da União em quase 1% do PIB até 1999, abrindo espaço para uma elevação das despesas de capital e outras despesas correntes em 60%, no período.

Para o setor externo, a estratégia adotada consiste em condicionar a abertura comercial, de forma a manter sob controle o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos (média anual estimada em torno de US\$ 16,6 bilhões), com o patamar de reservas internacionais reduzindo-se gradualmente para cerca de US\$ 40 bilhões, em 1999. Neste sentido, três aspectos são considerados vitais: a elevação da competitividade das

exportações, viabilizando a obtenção de um superávit comercial; a implementação de mecanismos de proteção contra práticas desleais de comércio e o aumento da dívida externa relativizado pela expansão das exportações e dos investimentos diretos estrangeiros, reduzindo o coeficiente de endividamento do País.

A concretização das metas enunciadas implica, evidentemente, três condições fundamentais. Primeiramente, é preciso que a economia internacional favoreça a absorção de recursos nos próximos anos. Neste caso, eventuais crises devem ser temporárias e suportáveis para a administração da política econômica doméstica, sem impor maiores riscos na área cambial. Em segundo lugar, é necessário que a administração das contas públicas, aliada a um ritmo mais acelerado das privatizações, possa ser suficiente para uma realocação dos gastos públicos, principalmente com a redução da dívida mobiliária e a liberação de recursos para as áreas de custeio e investimento. Por último, considera-se a hipótese de que o momento atual da economia brasileira favorece a realização de investimentos por parte do setor privado, fundamental para carrear uma nova onda expansiva.

Considera-se, por fim, condicionante relevante para a consolidação do crescimento com estabilidade de preços a criação de um ambiente favorável aos investimentos produtivos e ao aumento da competitividade, através da aprovação de emendas à Constituição Federal. Seus objetivos básicos seriam a remoção de entraves à competitividade, à desestatização e promoção dos investimentos em infra-estrutura e à reforma do Estado.

Nesse sentido, a redução do chamado “custo Brasil” passaria, necessariamente, pela Reforma Tributária, com o objetivo de alcançar maior racionalidade no sistema de arrecadação. Quanto a Reforma do Estado, seu objetivo principal é aumentar a capacidade dos Governos Federal e Estaduais na área fiscal, possibilitando incrementar investimentos, redistribuir recursos e atender prioridades. A recuperação desta capacidade requer a revisão dos regimes de trabalho e de remuneração dos servidores

públicos (ativos e inativos) e das vinculações orçamentárias. Portanto, parte substantiva dos seus fundamentos reside na proposta de Reforma Administrativa, direcionada para a modificação de dispositivos constitucionais que inibem a capacidade operacional do Estado e dificultam a gestão dos seus recursos humanos. Outra parte fundamental está centrada na proposta de Reforma da Previdência, cujo objetivo é buscar solução duradoura para o seu equilíbrio estrutural, essencial para a retomada efetiva da capacidade de atuação na área fiscal, no horizonte de médio prazo.

2. REPERCUSSÕES PARA SÃO PAULO

Além do marco geral representado pela estabilidade de preços e crescimento sustentado pelos investimentos privados, os impactos prováveis do cenário econômico nacional na economia do Estado de São Paulo, relativos aos demais componentes da demanda agregada para o período 1997-99, devem se fazer sentir da forma seguinte:

Consumo

A maior sensibilidade relativa da economia do Estado às variações da demanda de consumo e à disponibilidade de crédito devem fazer com que um monitoramento mais rígido por parte da política econômica sobre o consumo imponha maiores restrições às suas taxas de crescimento. Disso poderão resultar dificuldades para um crescimento do PIB paulista acima da média nacional, característico dos períodos de expansão acentuada desta variável. Por outro lado, um aumento do consumo, ainda que moderado, deve permitir o fortalecimento do mercado de São Paulo e ainda fornecer campo para o crescimento e amadurecimento do seu setor de serviços.

Exportações

A meta de crescimento anual médio das exportações, como visto acima, poderá ser dificultada pela manutenção da âncora cambial enquanto instrumento no combate à inflação. No caso do Estado de São Paulo, as restrições para um crescimento acentuado das exportações são basicamente as mesmas, não obstante

as vantagens estruturais a seu favor. Dependerá, pois, das condições do mercado internacional e de aumentos da produtividade, incluindo-se aí aqueles derivados da redução do chamado “custo Brasil”. Em princípio, pode-se supor que as exportações paulistas mantenham sua participação na pauta nacional, nos próximos anos.

Importações

A âncora cambial igualmente condiciona a realização dessa meta, principalmente quando se considera que a expansão do nível de atividade pode facilmente fazer com que as importações cresçam acima da média prevista.

Para a economia paulista é importante reter que o estado continua sendo responsável por uma grande parcela do total das importações brasileiras. Segundo as informações disponíveis, os itens relativos às matérias-primas e bens de capital respondem, em média, por mais de 70% do total importado e, dado o grau de industrialização que apresenta, é natural a sustentação de sua elevada participação na pauta de importação. Além disso, esta tendência deve ser reforçada pela política econômica, que deve direcionar a abertura comercial para a retomada dos investimentos, deixando relativamente em segundo plano as importações de bens de consumo.

Condicionantes do desenvolvimento de São Paulo

São Paulo apresenta condições favoráveis para acompanhar os traços fundamentais da trajetória prevista para o conjunto da economia brasileira, nos próximos anos. O estado continua sendo um pólo com grande potencial de atração para novos investimentos. Mesmo considerando os fatores negativos decorrentes da grande concentração urbana, em especial na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, pode-se afirmar que as vantagens estruturais desenvolvidas ao longo do tempo continuam pesando de modo positivo nas decisões relativas à alocação de projetos, sobretudo nos setores tecnologicamente mais avançados da economia brasileira. O interior do estado tem apresentado, em função do seu perfil econômico, elevada atratividade para novas

unidades de produção, particularmente nos segmentos de alta tecnologia do setor industrial.

O momento aponta para um aprofundamento do processo de desconcentração industrial a partir da RMSP para o interior. A capital paulista deve aumentar ainda mais sua importância como sede de núcleos decisórios empresariais e financeiros, consolidando-se como a grande e moderna metrópole brasileira vocacionada para serviços profissionais apoiados nas tecnologias de ponta. Por sua vez, o interior constitui-se no ponto-chave para que parte fundamental dos investimentos, em setores estratégicos da indústria, sejam realizados em São Paulo.

Como resultante deste processo, pode-se afirmar que o crescimento do PIB paulista, acompanhado de sua reestruturação produtiva, deverá implicar em rápido amadurecimento do perfil econômico de São Paulo, aproximando-o ao das economias mais avançadas. Para tanto, tem como ponto de partida condições favoráveis, dentre as quais se destacam:

Concentração e diversificação da indústria

O fato de concentrar mais de 40% do total do valor de transformação industrial e apresentar um parque industrial altamente diversificado confere a São Paulo posição de destaque no contexto da retomada sustentada do crescimento econômico. Tal posição tem sido reforçada pelo ajuste de produtividade em curso desde o início da década, já que, por abrigar segmentos estratégicos da indústria - aqueles com maior capacidade de absorção de inovações tecnológicas e organizacionais -, a economia paulista vem consolidando um novo potencial dinâmico, o qual se localiza nas atividades de maior sofisticação tecnológica.

Competência técnica e capacitação científica

São relevantes a competência técnica e a capacitação científica nas instituições de ensino e pesquisa do Estado de São Paulo. Graças, em grande parte, à

significativa concentração de massa crítica, as universidades estaduais e os institutos de pesquisa têm conseguido manter avançados programas de pesquisa e intensa produção de profissionais e técnicos qualificados, diferenciando-se da média brasileira.

Competência empresarial e qualificação da mão-de-obra

São Paulo congrega o mais importante e amplo núcleo empresarial brasileiro, com capacidade de inovação, experiência organizacional e gerencial, bem como vivência intensa no mundo dos negócios, tanto nacional quanto internacional. Esse aspecto favorece não só a articulação de capitais em diversos setores, mas também a viabilização de projetos de parcerias e concessões. Por outro lado, é relevante a concentração de mão-de-obra qualificada no Estado, principalmente nas regiões economicamente mais dinâmicas. Além de incentivar novos investimentos, isto facilita a readequação de profissionais aos novos padrões tecnológicos necessários ao parque industrial paulista.

Vantagens na rede viária

Um ponto favorável para o desenvolvimento econômico de São Paulo reside na sua rede viária, principalmente no que diz respeito à sua densa e integrada malha de boa qualidade, com condições de absorver grandes fluxos de passageiros e mercadorias, sem paralelo em outros estados da federação

Além disso, o sistema de transporte do Estado de São Paulo conta com dois fatores que devem potencializar o seu grau de eficiência. Um deles recai sobre a melhoria dos sistemas RFSA e Fepasa no âmbito do processo de privatização, a qual deve reduzir as dificuldades operacionais atualmente observadas e alavancar a capacidade de investimento no sistema ferroviário. Outro fator diz respeito à plena utilização da Hidrovia Tietê-Paraná, que abre um novo patamar de complementaridade no sistema de transporte e permite a ampliação do fluxo de mercadorias entre o estado e outras regiões, incluindo-se o Mercosul, com fretes mais baratos.

Dimensão do mercado interno do estado

Os últimos dados disponíveis dão conta de que, em 1995, o PIB paulista representou cerca de 33,9% do PIB nacional. A população residente do estado

alcançou 33,7 milhões de habitantes no mesmo ano, resultando num PIB per capita de R\$ 6.040 (valores correntes), cerca de 57% acima da média do país, segundo cálculos da Fundação SEADE. Apesar das elevadas carências sociais internas, esta realidade torna São Paulo o maior mercado consumidor de bens nacional, com elevado percentual de trocas internas. Isto representa, por si só, um fator de atração e de diversificação de investimentos.

Base agrícola avançada

A estrutura agrícola de São Paulo se caracteriza por alto nível técnico, produtividade e eficiência empresarial na organização do processo produtivo. O estado combina agricultura e agroindústria diversificadas e de grande porte, voltadas para a produção de grãos, frutas, álcool e café. Gera, portanto, uma oferta significativa de produtos agrícolas para atender parte considerável da demanda interna e externa, criando assim, um leque de oportunidades para o desenvolvimento de agroindústrias avançadas.

De todo modo, estão colocados desafios relacionados à aplicação de novos conhecimentos, como os decorrentes da biotecnologia e da engenharia genética. Há questões que demandam atenção prioritária para o controle biológico de pragas e doenças, o aperfeiçoamento contínuo de cultivo, a elevação da produtividade dos rebanhos e da avicultura, o emprego mais racional da irrigação e o uso de técnicas que evitem a degradação do solo. Neste sentido, o trabalho de extensão rural pode gerar oportunidade de rápida elevação da produtividade na agricultura de São Paulo.

Não obstante as potencialidades que apresenta, o estado também possui restrições internas importantes para o seu desenvolvimento sustentado, às quais se somam as dificuldades decorrentes do contexto nacional. Em particular, as seguintes áreas representam condicionantes ao desenvolvimento da economia paulista:

Infra-estrutura

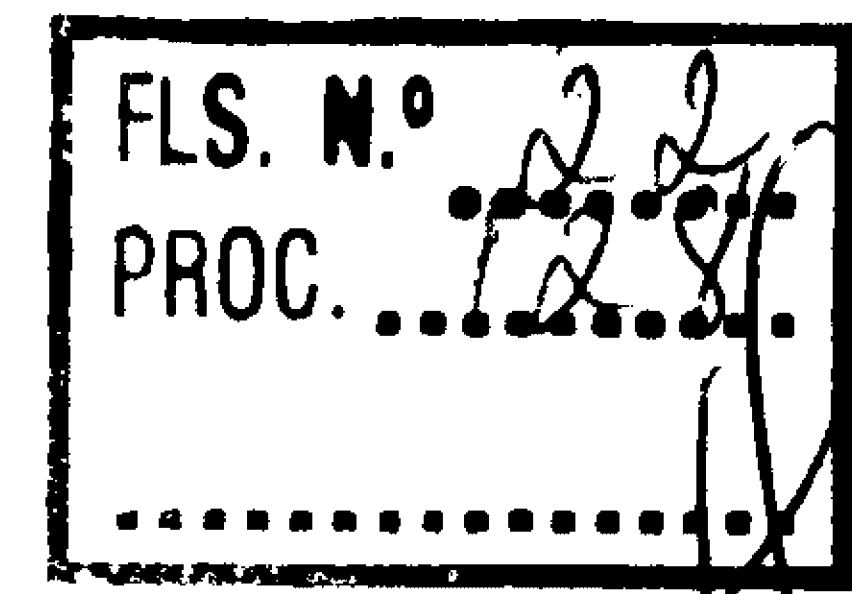
· Oferta de energia e telecomunicações

As áreas de energia e comunicação estão enfrentando dificuldades no Estado de São Paulo devido à insuficiência dos investimentos para a ampliação e modernização dos seus sistemas. Com o crescimento da economia e sua maior exposição à concorrência internacional, os problemas são acentuados por restrições de oferta de alta qualidade (adequada aos novos padrões tecnológicos) e por sobrecarga do processo de comunicação em sistemas avançados. Além de encarecer os produtos e dificultar a integração competitiva internacional, esta situação pode comprometer importantes projetos de investimento.

Por sua vez, o quadro de indefinição quanto ao papel a ser desempenhado pelo Proálcool na matriz energética do país certamente constitui um ponto de tensão para a economia paulista. Em primeiro lugar, porque envolve uma importante cultura que ocupa cerca de 1/3 da área plantada do estado. Além disso, o desenvolvimento do programa esteve, ao longo dos anos, ligado a significativos investimentos em P&D, os quais acabaram por fornecer uma ampla vantagem tecnológica para São Paulo no tocante às áreas agrícola e de combustíveis, a partir de recursos renováveis. Desde o início da presente década, observa-se uma redução da produção de veículos a álcool, significando a estagnação da produção do álcool combustível. Como o programa implica em questões acerca do seu financiamento, do subsídio e do diferencial de custos em relação aos combustíveis derivados do petróleo, qualquer direcionamento que a ele venha ser dado terá impactos importantes sobre a base agrícola de São Paulo, podendo chegar a uma profunda realocação da área plantada.

· Esgotamento dos mananciais de recursos hídricos

A densidade econômica e populacional do Estado de São Paulo provoca grande pressão sobre os recursos hídricos para múltiplos usos - consumo humano, utilização industrial, geração de energia elétrica e piscicultura. Uma situação de retomada sustentada do crescimento econômico e conseqüente aumento da demanda neste setor pode implicar em sérios problemas, já que, além dos custos de recuperação dos mananciais, há o risco inerente de deterioração da qualidade da água consumida, com suas inevitáveis repercussões sobre a saúde pública.



- Obsolescência do sistema portuário

A economia paulista vem enfrentando grandes problemas no seu sistema portuário, com destaque para o Porto de Santos, considerado um dos mais ineficientes e caros do Brasil. A deterioração de seus equipamentos, a baixa produtividade e inadequada configuração dos armazéns não só elevam os custos, como também constituem entrave para uma economia que sinaliza constantes elevações da sua corrente de comércio exterior.

- Geração de empregos

A tendência à baixa absorção de mão-de-obra, que tem se colocado como sério problema no mundo contemporâneo, assume proporções graves no estado. O contínuo aumento da produtividade tem implicado no enxugamento dos quadros funcionais, sobretudo na indústria. Ainda que o setor de serviços mantenha um ritmo razoável de ocupação, as fases de desaceleração da atividade têm implicado em pesadas demissões no setor industrial, tornando preocupante o quadro social em São Paulo, com o aumento da miséria e das disparidades sociais. Esta tensão, além de impor limites sérios ao desenvolvimento, representa significativa pressão sobre o Governo estadual, no sentido de suprir as deficiências quantitativas e qualitativas em serviços de saúde, educação e habitação.

Cenário da Economia Paulista

1997 - 1999

Características principais

Acompanhamento da trajetória de crescimento esperada para a economia brasileira, relativa ao PIB, investimentos, consumo, exportações e importações;

Reestruturação da estrutura produtiva de São Paulo em direção aos setores de maior conteúdo tecnológico e maior sofisticação organizacional.

Fundamentos do cenário

Condições favoráveis para a atração de novos capitais e para a expansão dos investimentos privados;

Permanência dos setores mais dinâmicos e mais intensivos em tecnologia no Estado de São Paulo;

Dinamização dos projetos em infra-estrutura e serviços públicos, através de desestatização e parcerias com o setor privado;

Avanço do processo de saneamento das finanças públicas estaduais.

Tensões principais

Ajuste das finanças públicas e dificuldades para ampliação do investimento público;

Dificuldades na infra-estrutura, com destaque para a oferta de energia e telecomunicações e a obsolescência do sistema portuário;

Tendência à baixa absorção de mão-de-obra, sobretudo na indústria, agravando não só as condições do mercado de trabalho como também o quadro social;

Possibilidade de profunda realocação de parte considerável da área plantada no Estado, em função de eventual estagnação e/ou abandono do Proálcool.

Marcos gerais da trajetória prevista

Crescimento médio do PIB paulista em torno de 4,6% ao ano;

Aprofundamento do processo de interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo, com base na expansão do investimento privado;

Aceleração da inserção competitiva externa, com elevação da produtividade sistêmica;

Manutenção da forte participação da economia paulista no total do comércio exterior do país;

Consolidação da RMSP e, em particular, da cidade de São Paulo como núcleo de serviços apoiados em tecnologias de ponta.

III. AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FLS. N.º	24
PROC.	1381
.....

METAS DE SANEAMENTO DAS FINANÇAS ESTADUAIS E REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A progressiva deterioração tanto das finanças públicas quanto de sua estrutura de gestão tem incapacitado o Estado para o exercício de funções básicas, prioritariamente para a consolidação do desenvolvimento sustentado a partir de ações que garantam não só o avanço sistêmico da competitividade da economia, como a redução das desigualdades sociais. Torna-se, portanto, urgente a formação de um novo marco institucional, consolidado a partir das propostas de emendas à Constituição Federal, que permitam a recuperação da capacidade de investimento, a redução das vinculações orçamentárias, maior flexibilidade na gestão de seus recursos humanos e a solução para o desequilíbrio estrutural do sistema previdenciário, todas fundamentais para a retomada efetiva da capacidade do Estado de agir.

Não menos fundamental é a elaboração de uma estratégia, por parte da atual Administração, de reorganização estrutural, administrativa e das finanças do Estado, atacando firmemente pontos referentes à receita, despesa, patrimônio e dívida. Em termos gerais, a estratégia compreende os seguintes núcleos principais:

Aumento da eficiência na arrecadação

Tem-se clara a necessidade da implementação de ações que viabilizem o aumento das receitas do Estado. Dentre o conjunto de ações que fazem parte da estratégia atual, cabe destacar aquelas com maior poder de impacto na receita, como a cobrança efetiva da dívida ativa, convênios de arrecadação com municípios, conclusão do sistema de informatização da arrecadação, modernização do processo de fiscalização e obtenção da adesão da opinião pública no controle da arrecadação.

Outro ponto fundamental compreende a revisão dos casos de renúncia fiscal. Trata-se de adequar o procedimento de incentivo fiscal, enquanto instrumento legítimo da ação do Estado, tendo em vista as prioridades de Governo. Em

despesas que, em conjunto, apontam para a eliminação do déficit orçamentário, fundamental para suprir a necessidade de contratação de novas dívidas. O segundo nível de ação é a alienação de parte do patrimônio do Estado, como forma de abater o estoque da sua dívida. Por último, mas a mais importante, é a sua reestruturação em condições mais favoráveis de prazo de pagamento e juros.

outros termos, deve ser buscada a combinação eficiente entre a redução de custos para a economia paulista e a elevação da base tributária.

Aumento da eficiência administrativa

A reorganização das finanças do Estado implica um salto qualitativo na gestão de seus recursos, no sentido de reorientar as despesas para prestar serviços mais eficientes à população. Cabe, inicialmente, destacar as seguintes ações que marcam a estratégia de racionalização da despesa pública: modernização da gestão, por meio da informatização dos processos, redução e eliminação de níveis intermediários de decisão via descentralização e municipalização, corte nos gastos supérfluos, renegociação dos contratos de terceirização, promoção de auto-suficiência nas entidades públicas autônomas, desestatização e parcerias com o setor privado.

Um segundo núcleo de medidas consiste na gestão do quadro de funcionários do Estado. Esta questão passa por dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, os dados apontam para o fato de que despesa total de pessoal (Administração Direta, Universidades e repasses para Autarquias, Fundações e Empresas, inclusive inativos) representa uma elevada participação na Receita Líquida do Estado, o que compromete os investimentos em setores prioritários. Ao mesmo tempo, o quadro do funcionalismo nem sempre alcança a qualidade requerida na prestação de serviços à população. Dessa forma, devem ser implementadas ações de incentivo a demissões voluntárias, demissão criteriosa de funcionários não-estáveis, redução dos quadros estáveis, em consonância com a Reforma Constitucional, e extinção de cargos e funções vagas.

Finalmente, a estratégia de gestão dos recursos centra-se na implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, que abrange as administrações direta e indireta. A primeira meta consiste em alterar os procedimentos contábeis, dando maior eficiência e transparência na administração dos recursos orçamentários e financeiros. A segunda meta é a criação de sistemas que permitam a análise dos custos de unidades de produtos e serviços oferecidos pelo Estado.

Programa Estadual de Desestatização (PED)

Constitui dever primordial do Estado prestar serviços públicos à coletividade. E tais serviços devem ser oferecidos de maneira adequada, ou seja, assegurando-se que a população receba os benefícios correspondentes com pleno atendimento, entre outros, dos requisitos da permanência ou continuidade, da regularidade, da generalidade, da modicidade e cortesia e, sobretudo, da eficiência.

Por outro lado, é notório que, na atual conjuntura, os recursos de que dispõe o erário estadual não são suficientes para que a administração possa se fazer presente, com a qualidade e a presteza reclamadas pelo interesse público, nas múltiplas áreas em que é chamada a atuar.

Nesse confronto entre o dever essencial da Administração e a escassez de disponibilidade financeira, impõe-se a adoção de providências que permitam maior participação da iniciativa privada nas áreas em que a presença estatal não é imprescindível, com o aporte de recursos daí decorrentes. Desse modo, devolve-se o Estado, quanto a essas áreas, à sua função reguladora e fiscalizadora, reservando-se, em consequência, os recursos fiscais para aplicação naqueles setores em que a atuação da Administração seja indispensável e insubstituível.

É sob essa ótica, pois, que foi instituído o Programa Estadual de Desestatização, com os seguintes objetivos: reordenar a atuação do Estado, propiciando à iniciativa privada não só a execução de atividades econômicas exploradas pelo setor público, mas também a prestação de serviços públicos e a execução de obras de infra-estrutura, com a consequente retomada de investimentos nessas áreas; permitir à Administração a concentração de esforços e recursos nas atividades em que a presença do Estado seja indispensável para a consecução das prioridades de governo na área social; e contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças estaduais.

O Programa abrange a desestatização da execução dos serviços e obras públicas objeto de concessão e permissão, bem como a desestatização das empresas do Setor Energético.

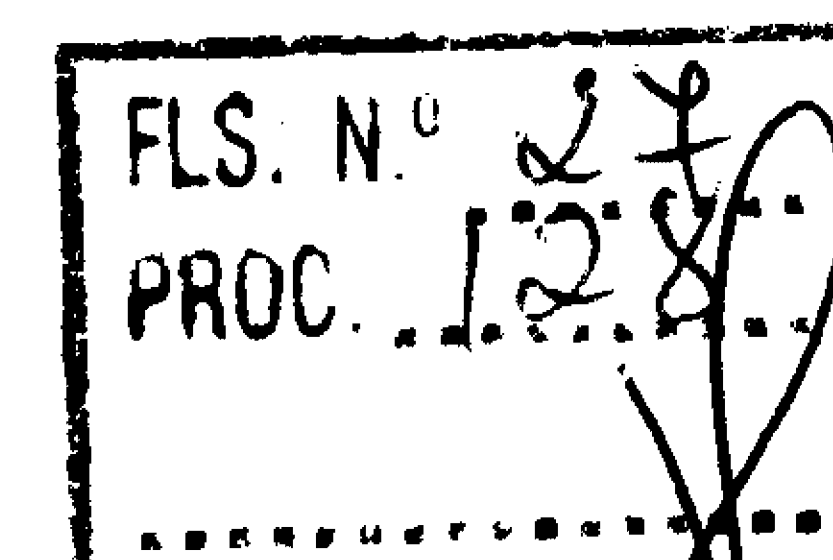
Outro ponto relevante do Programa é a possibilidade de aceitação, para pagamento das desestatizações, além de moeda corrente, de créditos consolidados e renegociados contra a Administração Pública Direta e Indireta, o que concorrerá, de forma ampla e sensível, para o saneamento das finanças públicas do Estado.

Reestruturação da dívida estadual

O substancial estoque de dívidas do Tesouro do Estado e de entidades da administração indireta e seu vertiginoso crescimento causado pelos elevados juros reais impõem a adoção de medidas que possam efetivamente aliviar o peso deste item no passivo das contas estaduais.

A estratégia atual conforma três níveis básicos de ação sobre o estoque da dívida. O primeiro compreende as ações visando à elevação da receita e cortes de despesas que, em conjunto, apontam para a eliminação do déficit orçamentário, fundamental para suprir a necessidade de contratação de novas dívidas. O segundo nível de ação é a alienação de parte do patrimônio do Estado, como forma de abater o estoque da sua dívida. Por último, mas a mais importante, é a sua reestruturação em condições mais favoráveis de prazo de pagamento e juros.

IV. ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES DA AÇÃO DO GOVERNO



A incorporação do desenvolvimento científico e tecnológico ao dia-a-dia do cidadão é uma das características mais marcantes do novo contexto social, em contínua e rápida transformação. A velocidade deste processo é refletida pela revolução das telecomunicações, da informática e da livre disseminação de informações, por meio de instrumentos cada vez mais sofisticados, interligados por redes cada vez mais velozes. Isto se reflete, também, na dinâmica das relações de demanda por produtos e serviços.

Ao elaborar o Plano Plurianual para o período 1997-1999, o Governo do Estado de São Paulo tem em conta essa perspectiva. Novas relações entre o público e o privado, entre o estatal e a sociedade, estão sendo gestadas neste novo contexto. Uma nova esfera pública, não necessariamente estatal ou totalmente subordinada às relações de mercado, vem emergindo e possibilitando ações de co-gestão. Por outro lado, a despeito de se desonerar de atribuições, ao conceder à iniciativa privada a prestação de serviços públicos, ou mesmo de privatizá-los, o Estado não abdica de papéis que lhe são inerentes como regulador e articulador dos interesses da sociedade. Para isso, precisa ser cada vez mais ágil e versátil, para administrar a multiplicidade dos anseios e a variedade das soluções. Nesse contexto, torna-se inevitável a construção de novas relações entre Estado e sociedade.

O Governo do Estado de São Paulo, portanto, deve estar fortalecido e orientado para a promoção da desestatização e de parcerias estratégicas. Para isso, deve elevar ao máximo sua competência gerencial, para poder articular e coordenar interesses em benefício da população, melhor regular as relações de mercado, induzir o desenvolvimento e promover mudanças institucionais baseadas no relacionamento democrático com a sociedade.

ESTRATÉGIAS DO GOVERNO

As ações e projetos do Plano Plurianual têm como premissa básica a adequação da ação do Estado às exigências das transformações em curso no mundo contemporâneo, particularmente aquelas relacionadas à capacidade de competir numa economia globalizada e ao atendimento das necessidades de todos os cidadãos paulistas, através de políticas que promovam o desenvolvimento social. Neste sentido, as estratégias que norteiam a ação governamental são as seguintes:

1. **Capacitação do Estado para formular ações estratégicas;**
2. **Ampliação da competitividade da economia paulista;**
3. **Garantia do desenvolvimento social, com aumento de emprego e renda.**

DIRETRIZES DA AÇÃO DO GOVERNO

A **Capacitação do Estado para formular ações estratégicas** implica a readequação de seu escopo de atuação, com a superação de seu papel tradicional de empresário e produtor de bens e serviços, para dotá-lo de efetiva capacidade de planejar e estabelecer políticas públicas, coordenar e articular interesses públicos e privados, gerir fundos de fomento, estruturar e reestruturar regiões e exercer sua função regulatória. Isto não quer dizer que, em determinadas circunstâncias e em setores específicos, o Estado não possa usar sua capacidade de investir. Por isso mesmo, é necessário recuperar a capacidade econômica do investimento público, através do aumento da arrecadação, mas principalmente, pela racionalização do aparato administrativo. Coerente com esta concepção, a ação do atual Governo tem sido, desde seu início, no sentido da racionalização das despesas e dos procedimentos de gestão, o que diminuiu consideravelmente o déficit público.

As parcerias - concessão, privatização de ativos e demais formas de co-gestão - são um dos principais instrumentos do administrador público para viabilizar a nova missão do Estado. Os modelos compartilhados representam um novo estilo de gestão, no qual a eficiência dos resultados deve, necessariamente, estar congruente com o propósito de uma sociedade mais justa. Permitir ao maior número de cidadãos o desfrute das novas possibilidades advindas do progresso técnico torna-se uma das mais evidentes formas de defesa da cidadania, e é nesse contexto que um governo atento à justiça social deve enquadrar as iniciativas de parceria e privatização.

Sempre preservando o interesse público, o Estado-parceiro tem que ter sensibilidade para compreender os novos ambientes, cujas soluções exigem respostas imediatas. Por outro lado, deve ser menos patrimonialista ou evitar legislar além do necessário. A crise atual do Estado decorre, antes de tudo, do seu anacronismo frente à dinâmica social.

São diretrizes para essa estratégia do Governo:

Consolidação do processo de saneamento das finanças públicas, com a conseqüente diminuição dos custos do Estado e da abrangência de suas atividades;

Execução de uma Reforma Institucional, adequando papéis e missões do aparelho estatal;

Readequação e fortalecimento do papel regulador do Estado, visando, sobretudo, os serviços públicos concedidos.

Os instrumentos para a implementação dessas diretrizes são os seguintes: valorização dos recursos humanos da administração pública, implantação de sistemas gerenciais de informação e informatização, implantação de programa permanente de qualidade e produtividade no serviço público, modernização do aparato arrecadador do Estado, implantação de práticas de desconversão patrimonial e explicitação clara das regras de colaboração estratégica com o setor privado.

Com a estratégia de **Ampliação da competitividade da economia paulista** busca-se, sobretudo, o aumento de suas virtuosidades no contexto nacional e no mercado externo, especialmente no Mercosul. Isto significa modernizar e diversificar a economia, visando a elevação dos padrões de bem-estar social. Neste sentido, cabe ao Governo colaborar ativamente para desencadear um novo ciclo de desenvolvimento sustentado que conduza à ampliação das oportunidades de criação de emprego e renda.

Os desafios a serem enfrentados pelos paulistas são conhecidos. Trata-se de deslanchar políticas de apoio ao processo de reestruturação de setores atingidos pela abertura comercial e pela mundialização dos mercados e, ao mesmo tempo, fomentar a incorporação na matriz produtiva dos novos setores surgidos da revolução tecnocientífica e que constituem o núcleo dinâmico da acumulação de capitais, nesse final de século.

A aceleração das mudanças estruturais no campo econômico e social em escala mundial abre a possibilidade histórica de inovação da sociedade apoiada numa economia de mercado mais eficiente e em políticas distributivas que contribuam para reverter o quadro das desigualdades sociais.

A travessia entre a realidade atual e o cenário desejado será marcado por turbulências. A era da sociedade informatizada é também a era da obsolescência das competências construídas ao longo das últimas décadas: assistimos à agonia de culturas empresariais, de qualificações profissionais, de mercados cativos e de práticas corporativas. É preciso superar o clientelismo e o paternalismo que caracterizaram a relação do Estado com os diversos segmentos da sociedade e desmontar cartórios de qualquer tipo. Nesse contexto, o Estado de São Paulo deve empreender esforços no sentido de baixar os custos adicionais de produção criados por ineficiências da legislação, baixa qualificação e capacitação em recursos humanos, deficiente infra-estrutura econômica, dentre outras.

As diretrizes da ação do Governo para concretizar esta estratégia são:

Ampliação e manutenção da infra-estrutura econômica, especialmente centrada na concessão de obras e serviços públicos;

Estímulo ao aumento do investimento;

Implementação de programas de melhoria na área de educação formal e capacitação e treinamento de recursos humanos;

Estímulo à ampliação e ao aproveitamento da capacitação científica e tecnológica, fortalecendo setores com potencial de crescimento e geradores de emprego e renda.

Finalmente, no que se refere à estratégia de **Garantia do desenvolvimento social com o aumento de emprego e renda**, há que ser lembrado que, se há consenso quanto à necessidade de modernização da infra-estrutura econômica para alcançar os níveis de competitividade requeridos pelos padrões internacionais, também verifica-se convergência entre os diversos atores sociais quanto à necessidade de serem buscadas formas inovadoras e ousadas de expansão do mercado de trabalho e de acesso dos trabalhadores aos ganhos de produtividade. Não haverá cooperação entre os diversos agentes sociais se o novo ciclo de desenvolvimento sancionar o mecanismo de crescimento sem emprego, com simultâneo processo de reconcentração de renda. A ausência de valores compartilhados, derivada das gritantes diferenças no modo de vida da população, traduz-se na heterogeneidade de interesses políticos e, portanto, na extrema dificuldade de viabilizar soluções a partir dessa esfera, ou na dificuldade do surgimento de um projeto hegemônico resultante da interação entre as diferentes visões.

Assim, a retomada do desenvolvimento precisa ocorrer em contexto generoso, com capacidade para evitar nova onda de exclusão e com abertura suficiente para resgatar os segmentos hoje marginalizados. Só o sucesso diante do desafio de se construir novas formas de articulação entre a dimensão econômica e a dimensão social - em que o Estado tem papel preponderante - pode garantir a equidade social. Para tanto, o Estado

deve assumir as tarefas de coordenação e sinalização das frentes de investimento, estabelecer parcerias com a iniciativa privada e desenvolver políticas sociais compensatórias para resgatar as populações prejudicadas pelo processo de transformação em curso.

Para esta estratégia estão definidas as seguintes diretrizes:

Implementação de ações visando à geração de emprego e renda;

Implementação de um programa de qualidade de vida na Grande São Paulo, tendo como objetivo a ampliação da capacidade de atendimento dos serviços públicos urbanos;

Indução ao desenvolvimento de regiões deprimidas, como a do Pontal do Paranapanema e a do Vale do Ribeira;

Implantação de política social compensatória, através do Programa de Resgate da Cidadania, ampliando a assistência aos excluídos sociais e garantindo o acesso universal à justiça, à segurança e à saúde.

V. INVESTIMENTOS E AÇÃO GOVERNAMENTAL

Definidos os marcos gerais que norteiam o cenário econômico, e estabelecidas as estratégias de Governo, cabe explicitar a estimativa de recursos, para o período 1997-1999. Espera-se a elevação da arrecadação do ICMS - Quota Parte Estadual de cerca de R\$ 15,8 bilhões, em 1996, para cerca de R\$ 20,2 bilhões em 1999, em preços médios do corrente ano, equivalendo a uma taxa média de crescimento de 6,44%. Esta estimativa se apóia na expectativa de crescimento do PIB em torno de 4,5% a.a. e na meta de aumento de 4% a. a. da arrecadação, como fruto do esforço de aumento da produtividade fiscal.

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DO ICMS QUOTA-PARTE ESTADUAL (75%) ESTADO DE SÃO PAULO

Ano	Valores em R\$ milhões*
1996	15.781,7
1997	17.151,6
1998	18.640,6
1999	20.258,3

* Valores a preços médios de 1996.

Fonte: Secretaria da Fazenda

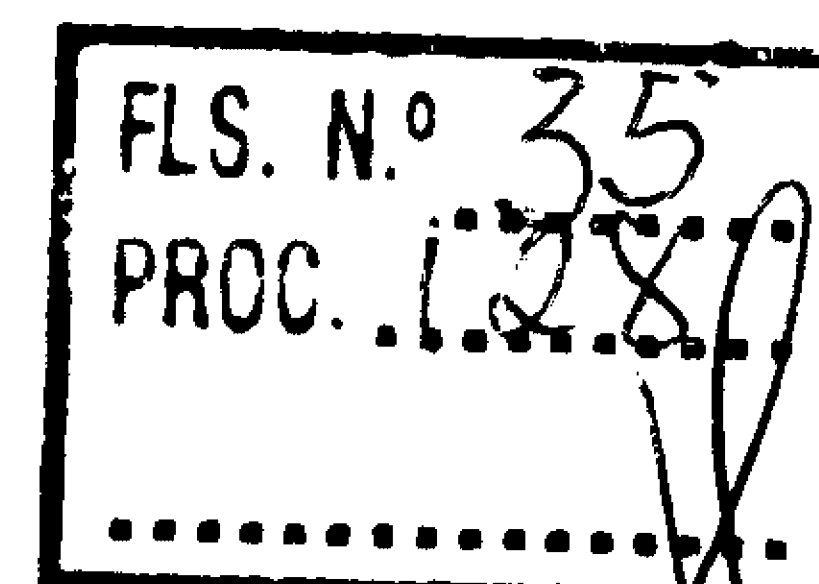
As tabelas apresentadas a seguir agregam os valores para os investimentos e o custeio, segundo as principais áreas de atuação do Governo e classificadas conforme as suas três grandes estratégias: capacitação do Estado, ampliação da competitividade e garantia do desenvolvimento social. Também estão incluídos os dados referentes às fontes de financiamento.

**TOTAL DE RECURSOS POR TIPO DE DESPESA
 SEGUNDO ÁREAS DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
 Plano Plurianual 1997-1999**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	Total	Custeio	Investimento
<u>PODER EXECUTIVO</u>	<u>34.176,25</u>	<u>10.201,65</u>	<u>23.974,60</u>
Administração e Gestão	2.263,40	410,10	1.853,30
Governo e Gestão Estratégica	226,80	107,80	119,00
Administração e Modernização do Serviço Público	1.008,00	7,20	1.000,80
Finanças, Orçamento e Planejamento	1.021,50	290,00	731,50
Sistema de Defesa Civil	7,10	5,10	2,00
Infra-Estrutura	16.187,05	1.497,05	14.690,00
Energia	4.184,80	612,80	3.572,00
Transportes	7.687,45	784,45	6.903,00
Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente	4.314,80	99,80	4.215,00
Desenvolvimento Econômico	4.309,00	2.205,60	2.103,40
Agricultura e Abastecimento	625,90	330,60	295,30
Ciência e Tecnologia	3.683,10	1.875,00	1.808,10
Desenvolvimento Social	9.947,60	5.586,70	4.360,90
Emprego e Relações do Trabalho	317,40	301,00	16,40
Educação e Cultura	2.439,50	1.553,80	885,70
Saúde	3.640,80	2.680,30	960,50
Criança, Família e Bem-Estar Social	1.004,00	971,60	32,40
Habitação	2.369,90	0,60	2.369,30
Esportes e Turismo	176,00	79,40	96,60
Segurança, Cidadania e Justiça	1.469,20	502,20	967,00
Segurança e Administração Penitenciária	1.148,40	418,80	729,60
Justiça e Defesa da Cidadania	109,80	33,00	76,80
Procuradoria Geral do Estado(*)	211,00	50,40	160,60
<u>OUTROS PODERES</u>	<u>171,00</u>	<u>120,80</u>	<u>50,20</u>
Poder Legislativo	61,60	44,40	17,20
Poder Judiciário	89,30	64,40	24,90
Ministério Público	20,10	12,00	8,10
TOTAL GERAL	34.347,25	10.322,45	24.024,80

(*) Não estão consideradas despesas decorrentes de precatórios judiciais, no volume de recursos para investimento.

Nota: Não estão incluídas Despesas de Natureza Continuada.

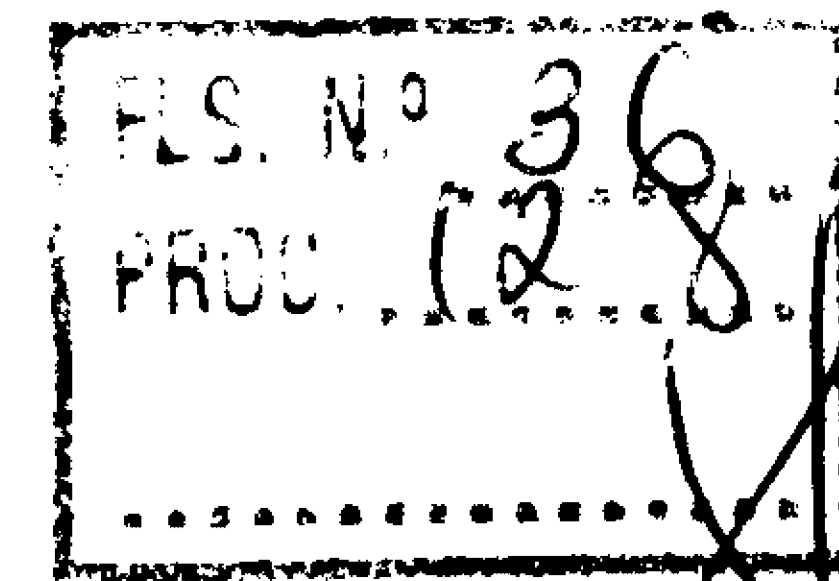


FONTES DE FINANCIAMENTO SEGUNDO ÁREAS DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
Plano Plurianual 1997 - 1999

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO						
	Total	Tesouro	Próprios	Vinculados	Operações de Crédito	Privados	Outras
PODER EXECUTIVO	34.176,25	11.280,10	10.107,10	3.087,90	5.872,45	2.050,00	1.778,70
Administração e Gestão	2.263,40	438,50	1.724,90	0,00	100,00	0,00	0,00
Governos e Gestão Estratégica	226,80	60,10	166,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração e Modernização do Serviço Público	1.008,00	8,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Finanças, Orçamento e Planejamento	1.021,50	363,30	558,20	0,00	100,00	0,00	0,00
Sistema de Defesa Civil	7,10	7,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura	16.187,05	1.880,70	5.422,40	168,90	5.613,25	1.600,00	1.501,80
Energia	4.184,80	0,00	2.316,00	0,00	1.758,80	0,00	110,00
Transportes	7.687,45	1.362,70	1.255,40	119,40	2.382,75	1.200,00	1.367,20
Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente	4.314,80	518,00	1.851,00	49,50	1.471,70	400,00	24,60
Desenvolvimento Econômico	4.309,00	2.207,80	1.810,80	31,20	34,20	150,00	75,00
Agricultura e Abastecimento	625,90	383,80	30,90	31,20	30,00	150,00	0,00
Ciência e Tecnologia	3.683,10	1.824,00	1.779,90	0,00	4,20	0,00	75,00
Desenvolvimento Social	9.947,60	5.891,50	964,70	2.464,50	125,00	300,00	201,90
Emprego e Relações do Trabalho	317,40	26,90	15,00	275,50	0,00	0,00	0,00
Educação e Cultura	2.439,50	882,20	101,00	1.343,90	112,40	0,00	0,00
Saúde	3.640,80	2.268,00	639,60	720,60	12,60	0,00	0,00
Criança, Família e Bem-Estar Social	1.004,00	392,40	0,00	111,60	0,00	300,00	200,00
Habitação	2.369,90	2.169,30	200,00	0,00	0,00	0,00	0,60
Esportes e Turismo	176,00	152,70	9,10	12,90	0,00	0,00	1,30
Segurança, Cidadania e Justiça	1.469,20	861,60	184,30	423,30	0,00	0,00	0,00
Segurança e Administração Penitenciária	1.148,40	744,30	179,10	225,00	0,00	0,00	0,00
Justiça e Defesa da Cidadania	109,80	108,30	1,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Procuradoria Geral do Estado	211,00	9,00	3,70	198,30	0,00	0,00	0,00
OUTROS PODERES	171,00	146,10	24,00	0,90	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	61,60	61,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	89,30	68,00	21,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	20,10	16,50	2,70	0,90	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	34.347,25	11.426,20	10.131,10	3.088,80	5.872,45	2.050,00	1.778,70

Nota: Não estão incluídas Despesas de Natureza Continuada.



FONTES DE FINANCIAMENTO SEGUNDO ÁREAS DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
Plano Plurianual 1997 - 1999

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO						
	TOTAL	Tesouro	Próprios	Vinculados	Operações de Crédito	Privados	Outras
Capacitação do Estado	2.263,40	438,50	1.724,90	0,00	100,00	0,00	0,00
Ampliação da Competitividade Econômica	20.496,05	4.088,50	7.233,20	200,10	5.647,45	1.750,00	1.576,80
Garantia do Desenvolvimento Social	11.416,80	6.753,10	1.149,00	2.887,80	125,00	300,00	201,90
TOTAL DO PODER EXECUTIVO	34.176,25	11.280,10	10.107,10	3.087,90	5.872,45	2.050,00	1.778,70

Nota: Não estão incluídas Despesas de Natureza Continuada.

O conjunto de metas sob responsabilidade do Poder Executivo representa um total de R\$ 34,2 bilhões, correspondendo à média anual em torno de R\$ 11,4 bilhões: 70,1% são destinados aos investimentos e 29,9% são absorvidos pelo custeio. No tocante às grandes áreas de aplicação, cerca de 76,5% do total de recursos são dirigidos à infraestrutura e ao desenvolvimento social.

A área de infra-estrutura absorverá 61,3% do total dos investimentos e estará contando com recursos provenientes de programas de parceria, privatização e financiamento. Dentre as ações desta área, pode-se destacar a implantação do Programa Integrado de Transportes Urbanos, o Programa de Concessões de Rodovias, o Programa de Reestruturação do Setor Elétrico Paulista e a estruturação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

No tocante à área de desenvolvimento social, considerando-se o estágio em que se encontram os projetos em educação, saúde, habitação e bem-estar social, faz-se prioritária a aplicação dos recursos em custeio, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados, a manutenção dos equipamentos já instalados e a continuidade das ações já existentes. Dessa forma, 54,8% do total dos recursos relativos ao custeio serão absorvidos pela área social.

No âmbito das ações sociais prioritárias, convém ressaltar iniciativas que permitirão a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Assim, na área da educação as prioridades estarão voltadas para a racionalização e otimização dos recursos existentes, a valorização do magistério e descentralização para o fortalecimento da autonomia escolar. Na área da saúde, os serviços da rede pública deverão ser descentralizados e municipalizados com o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS, permitindo intensificar a atuação do Governo no trabalho de normatização e avaliação da saúde pública. Na habitação, enfatiza-se a realização de parcerias para a construção de casas populares e renovação urbana. Por sua vez, na área de emprego e relações do trabalho

será dada ênfase ao Programa de Desenvolvimento e Competitividade, através das Câmaras Paulistas de Desenvolvimento.

Deve-se ressaltar que 62,6% dos gastos em projetos e ações prioritários são provenientes do Tesouro e de recursos próprios das diversas entidades públicas. A preocupação por parte do Governo com o cumprimento das metas estabelecidas para as ações prioritárias de desenvolvimento social é também refletida pelo fato de que esta área absorve sozinha aproximadamente 52,2% dos recursos provenientes do Tesouro.

Ainda cabe notar a maior participação da iniciativa privada no financiamento de projetos de investimento na área de infra-estrutura, atingindo cerca de 10,9% desse total. Em particular, pode ser destacada a participação de recursos privados nos investimentos no setor de transporte, estimada em torno de R\$ 1,2 bilhão, o que equivale a 17,4% do total.

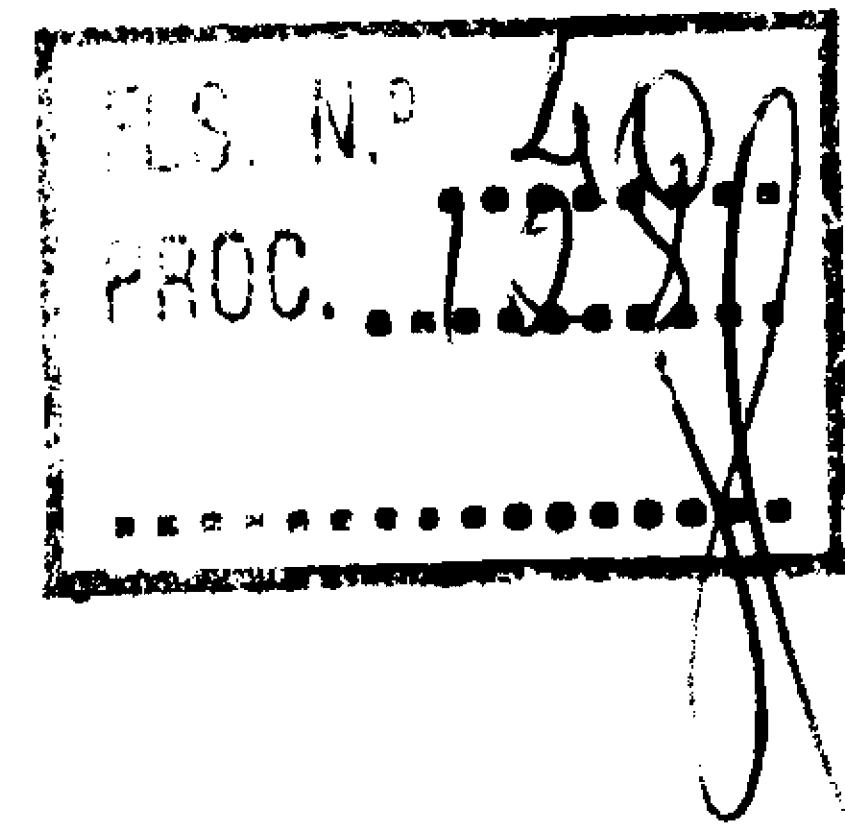
VI. PROJETOS E AÇÕES PRIORITÁRIOS

As prioridades do Governo para o período 1997-1999, organizadas em projetos e ações, estão direcionadas para a concretização de suas três linhas estratégicas de atuação, conforme explicitados na parte IV deste documento: *capacitar o Estado para atuar estrategicamente, ampliar a competitividade da economia paulista e garantir o desenvolvimento social*. Nesse sentido, elas constituem conjuntos de iniciativas que convergem para grandes áreas de atuação do governo, cuja realização deve ser buscada não apenas pelas diversas instâncias públicas, mas por toda a sociedade.

1. PROJETOS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DO ESTADO

As administrações públicas brasileira e paulista sofreram, ao longo dos últimos anos, um processo acelerado de desgaste. Para reverter esse quadro, são necessárias mudanças profundas da gestão pública, que se concretizarão através da racionalização de processos, da busca da qualidade do serviço prestado, do aumento da produtividade, da transparência da atuação, da informatização, da busca de parceiros, da implantação de controle de resultados e, finalmente, da descentralização e municipalização de atividades.

Dessa forma, os projetos e ações de capacitação do Estado, diante das novas condições estabelecidas no contexto do processo de globalização da economia, devem contemplar as áreas estratégicas da atividade de governo. Para eles, estão previstos recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões, sendo R\$ 438,5 milhões provenientes do Tesouro Estadual, R\$ 100 milhões, de operações de crédito e R\$ 1,7 bilhões, de recursos próprios.



1.1 GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

A modernização do Estado deve resgatar e fortalecer suas funções essenciais de formulação de políticas, articulação das ações dos agentes públicos e controle da efetividade das intervenções.

Os traços essenciais desse modelo de gestão estão delineados no Programa de Reforma Institucional, concebido para reverter o quadro de disfunção gerencial do setor público. Trata-se de um conjunto de ações cujo objetivo é restituir ao Governo os instrumentos fundamentais de viabilização de seus projetos prioritários.

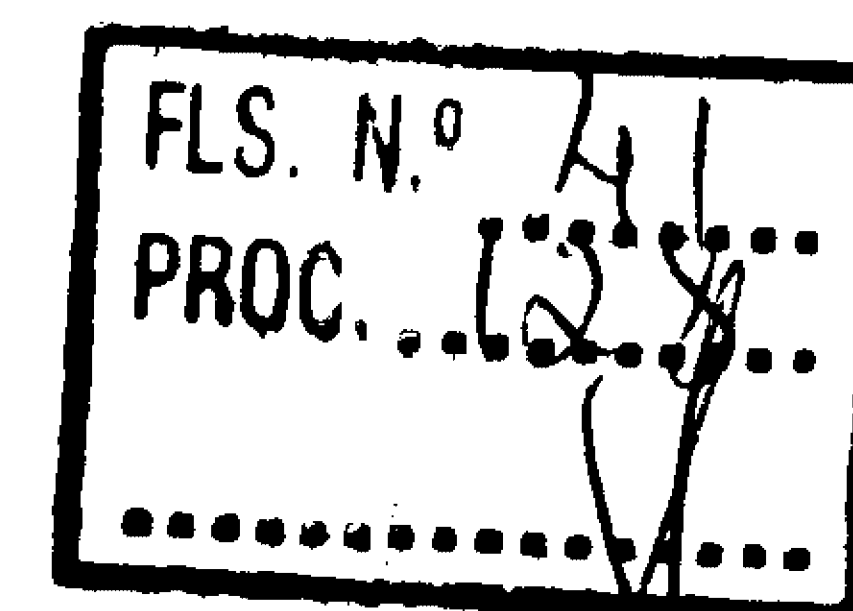
O programa pretende descentralizar a gestão, implementar o planejamento integrado e estratégico, implantar mecanismos de controle interno do Poder Executivo, fortalecer os meios de comunicação dentro do próprio Governo e deste com a população, criar mecanismos de integração e coordenação de suas ações e valorizar o servidor público.

Tais medidas, aliadas ao enxugamento e a racionalização dos quadros, a reestruturação das Secretarias e empresas estatais e o lançamento do programa de privatizações, resultarão na retomada do controle administrativo e financeiro da administração pública.

As ações que nortearão a Reforma Institucional são as de identificação de novos instrumentos jurídico-administrativos, indução ao desenvolvimento com justiça social e regulação das atividades privadas, descentralização dos serviços e transparência e eficiência das ações públicas.

A adoção de programas multisetoriais de informatização contribuirá para aumentar substancialmente a eficiência da gestão. Através do Sistema Estadual de Informação e Informatização, as entidades estatais deverão ser interligadas, possibilitando a

coordenação de seus trabalhos. Por outro lado, os cidadãos deverão ter maior acesso às informações governamentais, o que melhorará a qualidade dos serviços prestados.



Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . REFORMA INSTITUCIONAL DO ESTADO;
 - . INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO;
 - . VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.
-

1.2 ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A atual gestão tem como meta a modernização dos órgãos do Governo, através do uso de novas tecnologias e reciclagem dos funcionários. A reforma administrativa vem sendo conduzida segundo princípios de descentralização de recursos e responsabilidades, qualidade e produtividade do trabalho, treinamento, avaliação sistemática de desempenho, parcerias e informatização em larga escala.

Uma política racional de recursos humanos capacitará o funcionário para exercer suas funções. Levantamentos feitos junto às instituições do Estado indicam a urgente necessidade de dotar os funcionários e dirigentes de capacidade de identificar problemas, analisá-los e propor alternativas de soluções. Pretende-se, também, realocar funcionários e servidores, segundo sua qualificação profissional e a carência dos órgãos estaduais.

A forma de avaliação do desempenho de funcionários e servidores não atende à atual exigência de qualidade, eficiência e eficácia na prestação de serviços. Por isso, estão sendo implantados mecanismos de avaliação destinados a premiar o mérito e corrigir condutas inadequadas.

Com a ampla informatização dos cadastros dos servidores ativos e inativos, o Governo poderá dispor de uma base de dados confiável e atualizada sobre o funcionalismo, que lhe permitirá gerenciar a reforma administrativa. Pressupõe-se, ainda, a implantação generalizada do sistema eletrônico de controle de frequência, nos vários órgãos estaduais.

Outra prioridade desta Administração é a criação do Fundo de Previdência do Estado de São Paulo, na forma de capitalização, para viabilizar o pagamento dos inativos.

A situação do patrimônio público imobiliário do Estado de São Paulo achava-se desorganizada, em virtude da falta de um sistema de gestão apropriado. A criação do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário oferece um instrumento ágil e eficaz, que possibilita racionalizar e otimizar sua utilização e incentivar a busca de formas de ocupação mais vantajosas para o Estado.

Finalmente, visando a atender às demandas de habitação do servidor público estadual de baixa renda, o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP, que opera as Carteiras Predial e de Financiamentos Complementares para seus contribuintes, pretende ampliar o número de residências colocadas à disposição dos servidores.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

. REFORMA ADMINISTRATIVA;

. REQUALIFICAÇÃO DE PESSOAL;

. FINANCIAMENTO HABITACIONAL PARA SERVIDORES PÚBLICOS DE BAIXA RENDA.

1.3 FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

Nos primeiros anos da década de 90, a retração da atividade econômica acentuou o comportamento declinante da receita tributária paulista. A utilização de diversas formas de endividamento, num cenário econômico marcado por elevadas taxas de juros reais, a demanda da população por mais e melhores serviços e um quadro de sucateamento do aparelho estatal aumentaram significativamente as despesas do Governo, agravando a situação financeira do Estado.

Fatores ligados à gestão da área financeira, entre eles, a desorganização da despesa pública, os elevados níveis de sonegação e inadimplência e a formação profissional dos recursos humanos insuficiente e inadequada, contribuíram para diminuir a arrecadação de impostos.

Nesse sentido, esta Administração somente poderá viabilizar seus programas e projetos com o equacionamento do grave problema da dívida pública, a inclusão de fontes alternativas de receita e a racionalização e o planejamento de suas atividades. Por isso,

partiu-se de um amplo trabalho de redefinição das atribuições do poder público. Entende-se que o Estado deva retirar-se das atividades que possam ser melhor realizadas pelo setor privado, mas estar cada vez mais presente nas atividades indutoras do desenvolvimento, regulamentadoras das atividades econômicas e promotoras do bem-estar coletivo.

Com ampla participação da sociedade, o Estado deverá implementar programas de apoio à economia paulista voltados essencialmente à reestruturação do sistema produtor de bens e serviços, a partir de sua integração às forças dinâmicas do mercado global.

Dessa forma, visando a adequar-se às suas atribuições específicas e reduzir a dívida pública, a atuação do Estado no campo econômico deverá incluir a privatização de empresas e viabilizar programas e projetos importantes, através de parcerias em áreas antes restritas ao setor público, como as de infra-estrutura.

Na área do desenvolvimento regional, serão implementadas novas formas de parcerias, tanto com a iniciativa privada, como com outras esferas de Governo. Além disso, a ação administrativa estadual deverá ser descentralizada, dando maior autonomia aos poderes locais para definir prioridades regionais. Assim, tornam-se fundamentais a capacitação técnica das administrações municipais e a regionalização do orçamento estadual.

A atualização constante dos procedimentos utilizados na coleta, no tratamento, no armazenamento e na disseminação de informações, garantirá a eficiência no exercício das atividades de planejamento.

A montagem e a manutenção de rede de informações requerem o investimento em novos equipamentos e componentes eletrônicos, novos softwares e desenvolvimento de metodologias, sistemas e produtos.

Nesse sentido, a implantação do Programa de Reestruturação das Funções Financeira e de Controle do Estado, a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios - SIAFEM, vem permitindo o controle da dívida pública e da execução orçamentária, patrimonial e contábil.

As restrições financeiras do Erário Público tornam necessário um novo pacto social tributário. A renúncia fiscal propriamente dita, as imprecisões legais que possibilitam a elisão fiscal, a não instituição de tributos e a aceitação da guerra fiscal foram reduzindo substancialmente o campo total de incidência tributária.

Para cumprir as suas funções, o Fisco necessita agilizar e modernizar sua estrutura organizacional, através de um melhor aproveitamento dos recursos de informática e da reciclagem dos recursos humanos envolvidos com a administração financeira do Estado.

Assim, o Governo se propôs a implementar o Projeto de Modernização da Coordenação da Administração Tributária - PROMOCAT, que visa a reorientar sua estrutura, tornando-a mais ágil e eficiente. Contempla intenso programa de comunicação e educação tributária e de cidadania, ajustes na legislação ordinária e regulamentar, além de desincentivar a inadimplência, rever os benefícios fiscais, instituir tributos sobre o patrimônio, reduzir o peso do ICMS enquanto tributo indireto, simplificar o relacionamento entre o Fisco e o contribuinte e aperfeiçoar o processo administrativo.

O novo sistema de arrecadação do ICMS assenta-se basicamente na informação eletrônica. O contribuinte prestará contas mensalmente de suas operações de compra e venda por teleprocessamento. Por outro lado, a rede bancária arrecadadora passará a entregar também, por via eletrônica, o relatório composto do recebimento diário do imposto, ou seja, explicitando quem pagou e quanto. Dessa forma, a área tributária terá instantaneamente, na data do vencimento do ICMS, a relação dos devedores e, também por via eletrônica, expedirá as respectivas cobranças, com os acréscimos legais.

A racionalização financeira do Estado estende-se também ao sistema bancário estatal paulista, cujas principais diretrizes contemplam o fortalecimento de seu objetivo empresarial, como sistema comercial eficiente e rentável.

Na atuação dos bancos estaduais, destacam-se os projetos de desenvolvimento econômico, que darão apoio técnico e financeiro para a modernização administrativa e tecnológica dos setores produtivos da economia paulista, especialmente as micro, pequenas e médias empresas, agroindústrias e o setor agrícola, dentro de padrões de desempenho e de qualidade de atendimento semelhantes ao oferecido pelas instituições financeiras do mercado.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . PRIVATIZAÇÃO E PARCERIAS;
 - . OTIMIZAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA;
 - . AJUSTE PATRIMONIAL, CONTROLE E REDUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA;
 - . ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS;
 - . DESENVOLVIMENTO REGIONAL;
 - . PLANEJAMENTO GLOBAL E SETORIAL.
-

1.4 SISTEMA DE DEFESA CIVIL

A Defesa Civil compreende o conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar conseqüências danosas de eventos previsíveis e restabelecer o bem-estar social, por ocasião de ocorrências graves. A participação conjunta da comunidade e do Governo baseia-se no princípio de que nenhum governo tem a capacidade de solucionar, sozinho, os problemas que possam afetar a comunidade.

Assim sendo, o Sistema de Defesa Civil constitui-se no instrumento de coordenação dos esforços de todos os órgãos estaduais com os demais órgãos públicos e privados e com a comunidade. Ele é composto pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Regional de Defesa Civil, Comissão Municipal de Defesa Civil, Núcleo de Defesa Civil, Organizações Públicas e Privadas de Âmbito Estadual e Instituições Públicas de Assistência a Calamidades.

Para viabilizar as ações preventivas e assistenciais, pretende manter um estoque de moradias pré-fabricadas, realizar o mapeamento das principais áreas de risco e divulgar planos de prevenção às comunidades e à administração pública.

Para receber, processar, controlar e colocar à disposição as informações sobre ocorrências de extrema gravidade, será criado o Centro de Gerenciamento de Calamidades, que pretende integrar o Sistema Estadual de Defesa Civil aos demais órgãos de emergência do Estado e dos municípios.

Destacam-se, entre outras, as seguintes ações a serem desenvolvidas pelo Governo Estadual:

. REFORMA ORGANIZACIONAL;

. AÇÃO PREVENTIVA;

. PLANOS ASSISTENCIAIS E DE RECUPERAÇÃO.

2. PROJETOS E AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ECONÔMICA

2.1 INFRA-ESTRUTURA

A infra-estrutura básica do Estado de São Paulo vem, ao longo dos últimos anos, sofrendo um processo rápido de deterioração. Essa circunstância cria grande desafio ao setor público, que necessita resgatar a eficiência do sistema de infra-estrutura para apoiar a retomada do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que enfrenta grave crise fiscal, que limita sua capacidade de financiar novos investimentos.

Por isso, esta Administração estará marcada pelo recurso à parceria, tanto com o setor privado quanto com outras instâncias do poder público, como forma de gerar recursos para complementar os investimentos necessários à modernização e ao aumento da oferta do setor. A estratégia implica na redistribuição de responsabilidades em que o Estado delega, onde couber, a produção de serviços, estabelecendo, todavia, arranjos institucionais que garantam a sua provisão ao público. Isso se dará, de forma especial, no caso da infra-estrutura de energia, transportes e saneamento, por meio do “Programa Estadual de Desestatização e Parcerias com a Iniciativa Privada”.

Para assegurar que os projetos e as ações em infra-estrutura sejam implementados, estão previstos recursos da ordem de R\$ 16,2 bilhões, dos quais R\$ 1,9 bilhão serão financiados com recursos do Tesouro do Estado. O restante estará distribuído da seguinte maneira: R\$ 5,4 bilhões são recursos próprios das entidades, R\$ 5,6 bilhões oriundos de operações de crédito, R\$ 168,9 milhões são vinculados, R\$ 1,6 bilhão advirão da iniciativa privada e R\$ 1,5 bilhões de outras fontes.

ENERGIA

As empresas estatais de eletricidade de São Paulo distribuem energia para 9,5 milhões de consumidores, em 525 municípios. Esse mercado cresce a uma taxa média de aproximadamente 5% ao ano, assim como também aumentam as exigências quanto à qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia e da prestação de serviços.

Face a restrições financeiras, entretanto, o setor vem realizando investimentos aquém das necessidades para garantir o mínimo de segurança e confiabilidade no sistema. A permanente e necessária atualização dos sistemas de geração, linhas de transmissão, subestações, redes de distribuição e os sistemas de telecomunicação, controle e medição exigem a realização de investimentos significativos.

Considerando essas exigências e a emergência de produtores independentes de energia e autoprodutores, assim como o processo em curso de desestatização do setor, o Governo do Estado optou pela desverticalização das atividades desenvolvidas pelas concessionárias que controla. Hoje está em desenvolvimento o Programa de Reestruturação do Setor Elétrico Paulista com o objetivo de criar unidades de negócio voltadas, especificamente, para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A reorganização prevê a criação de 11 unidades de negócio de distribuição, 2 de transmissão e 8 de geração, conforme os limites estabelecidos pela Lei Nº 9.361/96, de 5 de julho de 1996. Com o Programa, espera-se criar as condições necessárias para compatibilizar a imprescindível participação de capitais privados nos negócios de energia elétrica.

O Programa abrange também a consolidação de um novo quadro institucional, com a redefinição dos papéis que caberão a cada entidade ou empresa do setor. Nele, destaca-se a importância da criação de uma Comissão de Serviços Públicos de Energia, que

implementará um modelo descentralizado de regulamentação e fiscalização dos serviços públicos de energia elétrica articulado entre Estado e União.

O Estado é também responsável pela distribuição de gás natural, de nafta e de gás liquefeito de petróleo para 260 mil consumidores de 14 municípios da RMSP e do Vale do Paraíba. Em 1995, o consumo médio diário de gás cresceu 28%, indicando elevado potencial de penetração do produto no mercado.

Face a essa crescente demanda, pretende-se prosseguir com os programas de conversão para gás natural, ampliar a capacidade do sistema, construir “city-gates” e expandir redes e bolsões.

O setor precisa, ainda, adaptar-se a um novo contexto empresarial. Daí a necessidade de se instituir um novo modelo de gestão, que aumente a produtividade e melhore a qualidade na prestação do serviço.

A reformulação do setor energético implica não só o esforço de captação de recursos para novos investimentos e manutenção da infra-estrutura existente, como também um amplo programa de melhoria gerencial, cujo objetivo é possibilitar a prestação do serviço público de energia, em suas diversas fontes, com qualidade e a preços mais atraentes para o consumidor.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA E PATRIMONIAL DO SETOR ENERGÉTICO PAULISTA;

. MELHORIA DAS CONDIÇÕES OPERATIVAS DOS SISTEMAS DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

TRANSPORTES

Como nos demais setores de infra-estrutura, a baixa capacidade de investimentos públicos no setor de transportes, nos últimos anos, tem levado à deterioração e à perda de eficiência operacional dos vários sistemas. Tornou-se, assim, imprescindível a participação da iniciativa privada, por meio de parcerias e concessões, para financiar a recuperação, a modernização e a conservação das malhas, sistemas e serviços.

Nessa perspectiva, elaborou-se o Programa de Concessões de Rodovias, que prevê a transferência de cerca de 5 mil km de estradas estaduais para a iniciativa privada, por meio de parcerias e concessões. Em troca da cobrança do pedágio, a empresa responsável pela operação da estrada, realizará obras e serviços de ampliação, atualização e manutenção.

Mesmo assim, o Governo continuará investindo na malha rodoviária estadual, tanto em obras de ampliação, quanto na contratação de empresas para a prestação de serviços de manutenção e sinalização de pista, com base na Campanha Acidente Zero, para aumentar a segurança nas estradas. Em parceria com as prefeituras do interior e empresas privadas,

desenvolverá o Programa Companheiros de Estrada, que consiste na realização de pequenas obras rodoviárias de conservação e pavimentação de estradas rurais, assegurando a integração do campo com os centros urbanos e o escoamento das safras agrícolas e da produção agroindustrial.

O transporte ferroviário, por sua vez, sofrerá sensíveis mudanças, com a decisão de realizar a concessão da Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA à iniciativa privada. A situação atual da empresa exige a recuperação e modernização de vias permanentes, material rodante e equipamentos, o que será viabilizado com a privatização do sistema.

O Governo do Estado busca também a consolidação do sistema portuário, através de novos instrumentos que procuram garantir a sua competitividade e atender à crescente demanda do mercado internacional. Assim, o Porto de São Sebastião, que representa excelente oportunidade de investimento, inclui-se no Programa de Parcerias, através do qual será ampliado e modernizado com recursos da iniciativa privada. O Porto de Santos, integrado ao futuro Porto de Cubatão, também deverá ser objeto de parcerias, envolvendo a iniciativa privada, as municipalidades e o Governo Federal, para viabilizar sua modernização. Pretende-se, além disso, incluir, nesse programa, a concessão da operação e da manutenção das travessias marítimas de veículos e de passageiros, abrangendo onze sistemas.

Em relação ao transporte aeroviário, destaca-se o programa de parceria que envolve Governo Federal, prefeituras municipais e iniciativa privada. No caso da parceria com o Governo Federal, trata-se da construção, ampliação ou reforma dos terminais e de edificações de apoio operacional, incluindo intervenções em pistas, pátios e vias de acesso. As parcerias com o Ministério da Aeronáutica incluem também a execução de obras de recuperação e modernização em aeroportos do interior. As prefeituras municipais têm sido estimuladas a participar da implantação de obras de ampliação, abrangendo desapropriações e obras viárias de entorno.

As ações relativas ao transporte intermodal, que buscam articular todo o sistema viário paulista, para reduzir custos e prazos e aumentar a segurança e a confiabilidade da circulação de cargas e passageiros, consubstanciam-se no Plano Estadual de Vias Navegáveis e no Plano Multimodal de Transportes, que tratam do desenvolvimento e da consolidação de corredores estratégicos de transporte em apoio às rotas de comércio interno e internacional.

Prevê-se também o estabelecimento do Sistema Estadual de Viação, definindo a infraestrutura viária de transporte e a realização de Pesquisa de Origem/Destino de Cargas e Passageiros, propiciando a criação de um banco de dados.

Dentre as diversas iniciativas a serem desenvolvidas em articulação com outras áreas e esferas de governo e com o setor privado, destaca-se a viabilização do Rodoanel, cuja implantação deverá melhorar tanto a ligação de São Paulo com outros estados, quanto o tráfego na RMSP.

Para ampliar a oferta e melhorar a qualidade do transporte metropolitano, deverá ser implantado o Programa Integrado de Transportes Urbanos-PITU, que consiste na formação de uma rede estrutural de transporte coletivo sobre trilhos, com a expansão interligada das linhas de alta capacidade do Metrô e ferrovias metropolitanas, alimentadas por uma malha de corredores de ônibus municipais e intermunicipais.

O PITU resultou de um longo trabalho de maturação técnica, que envolve ações de aprimoramento institucional e gerencial, abrangendo três frentes simultâneas na área de infra-estrutura: conclusão das extensões paralisadas do Metrô; recuperação, modernização e otimização do funcionamento de linhas ferroviárias urbanas existentes; e expansão da oferta de serviços. Nessa expansão, é imperiosa a implantação de novos trechos metroviários - Linhas 4 e 5, concretizando uma verdadeira rede de metrô,

conectada aos serviços das ferrovias utilizadas nos deslocamentos entre a Capital e os municípios da RMSP.

A implantação do PITU implicará na adoção de uma estratégia integrada para a resolução conjunta, entre Estado e municípios da RMSP, dos problemas metropolitanos de transporte, tráfego, uso do solo e qualidade ambiental.

Os vários projetos constantes do PITU deverão ser financiados com empréstimos do BNDES e de agências internacionais - BID, BIRD e EXIMBANK. Além disso, modelos de concessão como, por exemplo, o BOT (Construir-Operar em Concessão-Transferir), para a linha 4 do Metrô, viabilizam a ampliação da participação da iniciativa privada nesses empreendimentos. Em outros trechos, tanto da malha metroviária como de trens urbanos, o instrumento de concessão poderá ser usado para atrair capitais privados para os investimentos necessários do PITU.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . PARCERIAS E CONCESSÕES PARA VIABILIZAR PROGRAMAS E PROJETOS;
 - . CONCATENAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRANSPORTE COM AS QUESTÕES REGIONAIS;
 - . PROGRAMAS DE OBRAS RODOVIÁRIAS;
 - . CORREDORES DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO;
 - . EXPANSÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO.
-

RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

O Estado de São Paulo, nas últimas décadas, apresentou um significativo crescimento demográfico e, em decorrência, um aumento da demanda por serviços públicos e obras de infra-estrutura. No caso do saneamento básico, se a rede de água tratada para abastecimento público indica uma situação satisfatória, o mesmo não ocorre com a rede de coleta e afastamento de esgotos domésticos, que apresenta índices aquém dos necessários para algumas regiões, fazendo com que os resíduos sejam lançados, sem tratamento, nos corpos d'água.

A qualidade da água dos mananciais está diretamente relacionada com o uso e a ocupação do solo da bacia onde se localizam. Nas bacias mais industrializadas, o comprometimento da qualidade da água se deve à presença de metais pesados e outros elementos originários dos processos industriais. Em bacias onde a atividade agropecuária é predominante, os processos erosivos e o uso indiscriminado de fertilizantes e defensivos agrícolas são os fatores que contribuem para o comprometimento e o assoreamento dos corpos d'água.

A preocupação do Governo de São Paulo em melhorar a qualidade de vida da população inclui a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e rede coletora de esgotos. Assim sendo, destacam-se, entre as principais metas, assegurar o fornecimento de água potável para 100% da população, elevar para 85% a coleta e o afastamento dos esgotos e tratar 60% do volume total de esgoto gerado, cujos investimentos contribuirão, também, para promover o desenvolvimento econômico local e regional.

Para atingir essas metas, o Governo Estadual definiu um conjunto de programas: Abastecimento de Água da RMSP; Despoluição do Rio Tietê, priorizando a expansão de redes de coleta e ligações domiciliares e industriais e Parceria com a Iniciativa Privada no Saneamento, nos moldes da subconcessão, para suprir o déficit no fornecimento de água

e ampliar a capacidade de tratamento de esgotos. Além disso, iniciou-se a Reforma Institucional, que prevê a descentralização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, tendo como base as bacias hidrográficas.

O Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga foi concebido para recuperar a qualidade das águas do manancial, responsável por aproximadamente 20% do abastecimento da RMSP. Os investimentos previstos, parcialmente financiados pelo BIRD, destinam-se a otimizar e expandir a infra-estrutura de saneamento, nas áreas mais densamente povoadas e insalubres da região, e proteger o manancial por meio da implantação de parques e reflorestamento. Paralelamente, busca desenvolver a capacitação técnica, financeira e institucional de agências públicas e entidades não-governamentais, para gestão futura da bacia dentro de padrões ambientalmente sustentáveis, destacando-se a introdução de incentivos a atividades compatíveis com a proteção do manancial, mecanismos de recuperação de custos e atividades de educação ambiental. O Programa abriga, portanto, ações de natureza corretiva, tais como a redução ou o controle dos efeitos da degradação do manancial e elevação do padrão de qualidade da água, e outras de natureza preventiva e de planejamento, voltadas sobretudo à estruturação de uma gestão da bacia, que seja responsável pela garantia futura de padrões adequados de qualidade ambiental.

Tendo em vista que praticamente a metade dos municípios paulistas tem seus serviços autônomos de água e esgoto, deverão ser celebrados novos convênios entre Estado e prefeituras, em continuidade ao Programa de Saneamento Básico - SANEBASE, de cooperação e assistência aos municípios não operados pela SABESP. O Projeto Fundo Estadual de Saneamento/Fundo de Água e Esgoto - FESAN/FAE, em fase de levantamento da demanda, envolve ações e obras integradas para viabilizar ou manter, nos municípios, uma infra-estrutura sanitária que assegure condições de higiene, saúde e bem-estar às comunidades, através da implantação e melhoria do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotos, para controle da poluição.

No que se refere às intervenções a serem realizadas no Rio Tietê, cumpre destacar o contrato de financiamento firmado com o governo japonês, representado pela “Overseas Economic Cooperation Fund”, que prevê a realização das obras de rebaixamento da calha do Rio Tietê, entre a Foz do Rio Pinheiros e a Barragem Edgard de Souza, de canalização do Rio Cabuçu de Cima e de construção de barragens e interligações do Sistema Alto Tietê.

O controle da poluição nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, compreendendo 57 municípios e cerca de 4 milhões de habitantes, constitui-se hoje num verdadeiro desafio, dado o estado crítico atingido, em função da intensa utilização de seus recursos hídricos. Em vista disso, o Governo paulista, com o apoio da União e do Banco Mundial, está preparando um programa para equacionar as intervenções necessárias, no sentido de prevenir a poluição hídrica e recuperar e preservar a qualidade das águas dessas bacias.

Dentre as obras a serem realizadas com recursos de parceria, concessões e subconcessões estão a primeira etapa do Sistema Produtor Sudoeste, a interligação dos reservatórios Guarapiranga e Billings, a conclusão da primeira etapa da Estação de Tratamento de Esgoto do ABC e a Estação de Tratamento de Água de Ribeirão dos Cristais.

A implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos ocorrerá através da instalação de Comitês de Bacias Hidrográficas e implicará, além da estruturação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, a execução de projetos e obras de aproveitamento das águas, controle de enchentes, prestação de assistência técnica e realização de programas conjuntos com os municípios, no que se refere a usos múltiplos, controle, proteção e preservação dos recursos hídricos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos, para o período de 1997/99, será o principal instrumento a nortear as diretrizes e critérios gerais para o gerenciamento dos recursos hídricos em território paulista.

Contempla a possibilidade de cobrança pelo uso das águas, com a finalidade de disciplinar sua utilização, além de propiciar suporte financeiro adicional para programas e projetos do setor.

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, por sua vez, destina-se a programas de uso múltiplo, controle, proteção e preservação, apresentados pelos Comitês de Bacias. Dentre os recursos destinados a esse Fundo, acha-se a contribuição pela utilização das águas. No momento, no entanto, ele está sendo alimentado apenas pela compensação financeira que o Estado recebe pelo aproveitamento hidroenergético em seu território, deduzido o percentual para o Fundo de Expansão Agropecuária e da Pesca.

A política de preservação e conservação ambiental deverá contemplar, também, um amplo conjunto de medidas compreendendo a realização de pesquisa nas áreas de excelência ambiental, a implementação de projetos em educação ambiental e o desenvolvimento de ações relativas ao monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, ao reflorestamento de áreas degradadas e a prevenção, correção e combate à erosão. A atuação regulatória do setor público no meio ambiente se concretizará, principalmente, a partir da integração do Sistema de Fiscalização para coibir atividades potencialmente poluidoras e da efetiva aplicação da revisão da Lei de Proteção dos Mananciais.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo

Estadual:

. INVESTIMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA E NA OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES;

. AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE COLETA DE ESGOTOS;

. PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E COMBATE À POLUIÇÃO DO AR, DO SOLO E DA ÁGUA.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os novos patamares de competitividade impostos pela globalização econômica têm exigido profundas transformações na estrutura de produção paulista, tanto no que diz respeito aos processos de gestão empresarial, como na difusão de inovações tecnológicas.

Nesse sentido, o Governo paulista é portador de programas estratégicos, que visam a induzir o desenvolvimento através da dinamização das vantagens competitivas de São Paulo e do aproveitamento de seu destacado parque científico e tecnológico.

Para as ações e projetos na área econômica, estão previstos recursos da ordem R\$ 4,3 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões provenientes do Tesouro Estadual. O restante estará distribuído da seguinte maneira: R\$ 1,8 bilhão são recursos próprios das entidades, R\$ 31,2 milhões são vinculados, R\$ 34,2 milhões advirão de operações de crédito, R\$ 150 milhões serão captados do setor privado e R\$ 75 milhões, de outras fontes.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Diversos fatores internos e externos imprimiram, durante os anos 70, elevado dinamismo à agricultura e agroindústria paulista. Tal desempenho manteve-se, na década de 80, com a expansão da produção e do processamento da laranja e de outras frutas cítricas e com a maior penetração, junto aos consumidores, de produtos agrícolas processados industrialmente, como margarinas, iogurtes, cortes especiais de carnes, embutidos e alimentos semi-prontos.

O Estado de São Paulo atualmente dispõe não só de um setor agropecuário com forte dinamismo, bem como de um vigoroso parque agroindustrial, onde se destaca a grande capacidade para o atendimento de demandas locais ou externas. Neste sentido, ao

mesmo tempo que o setor primário vem perdendo participação no Produto estadual, de 10% para 5%, em 20 anos, há um aumento da sua influência na economia através dos complexos agroindustriais. Tais características, aliadas às mudanças que têm ocorrido no mercado internacional implicam grandes desafios para a política agrícola do Governo paulista.

Em termos mais gerais, a área ocupada com culturas, pastagens e reflorestamento, no Estado de São Paulo, tem se situado ao redor de 18 milhões de hectares, não havendo fronteira agrícola externa a ocupar. Assim, qualquer expansão de atividade agropecuária, que não ocorra por uso mais intensivo da terra, será feita por substituição de cultivos, ou por reorientação do uso do solo, associado a um processo de valorização de terras.

Nos últimos dez anos, isso acarretou um intercâmbio de área cultivada da ordem de 2,8 milhões de hectares, cedidos principalmente por pastagens naturais e pelas culturas de café, reflorestamento, arroz, feijão, algodão, amendoim e milho. Dessa área, 96,8% foram incorporados por pastagens cultivadas, laranja, cana-de-açúcar para indústria e soja, atividades de maior rentabilidade econômica.

Por seu turno, a década de 90 tem sido marcada por um novo ambiente competitivo. Nele, busca-se maior qualidade dos produtos, levando-se em conta aparência, composição, sanidade, regularidade de produção e distribuição, além da exigência de adaptarem-se às novas práticas alimentares, de acordo com estilos de vida mais saudáveis. A agricultura se transforma em “agribusiness”, enquanto a internacionalização dos mercados agrícolas se acentua.

Dessa forma, o vetor de crescimento do setor é cada vez mais centrado nas cadeias produtivas agroindustriais, onde a liderança se concentra no segmento industrial. Isto tem levado a ignorar-se a organização dos produtores e afetado a equidade da distribuição dos resultados entre os diversos segmentos das respectivas cadeias.

No Estado de São Paulo, é nítido o contraste entre a evolução dos setores agroindustriais de cítricos, açúcar e álcool, cereais, carnes, madeira e celulose, dentre outros, e a estagnação da estrutura pública dedicada a apoiar a agropecuária. Essa constatação, aliada à necessidade de se definir um novo papel para o Estado, exige que se repense a política agrícola, com atenção especial à agricultura sustentada, que respeite o meio ambiente. Isso poderá ser alcançado, entre outras iniciativas, através do estabelecimento de diretrizes que norteiem o desenvolvimento agrícola de São Paulo e sirvam de referência para o planejamento e a reestruturação dos institutos de pesquisa.

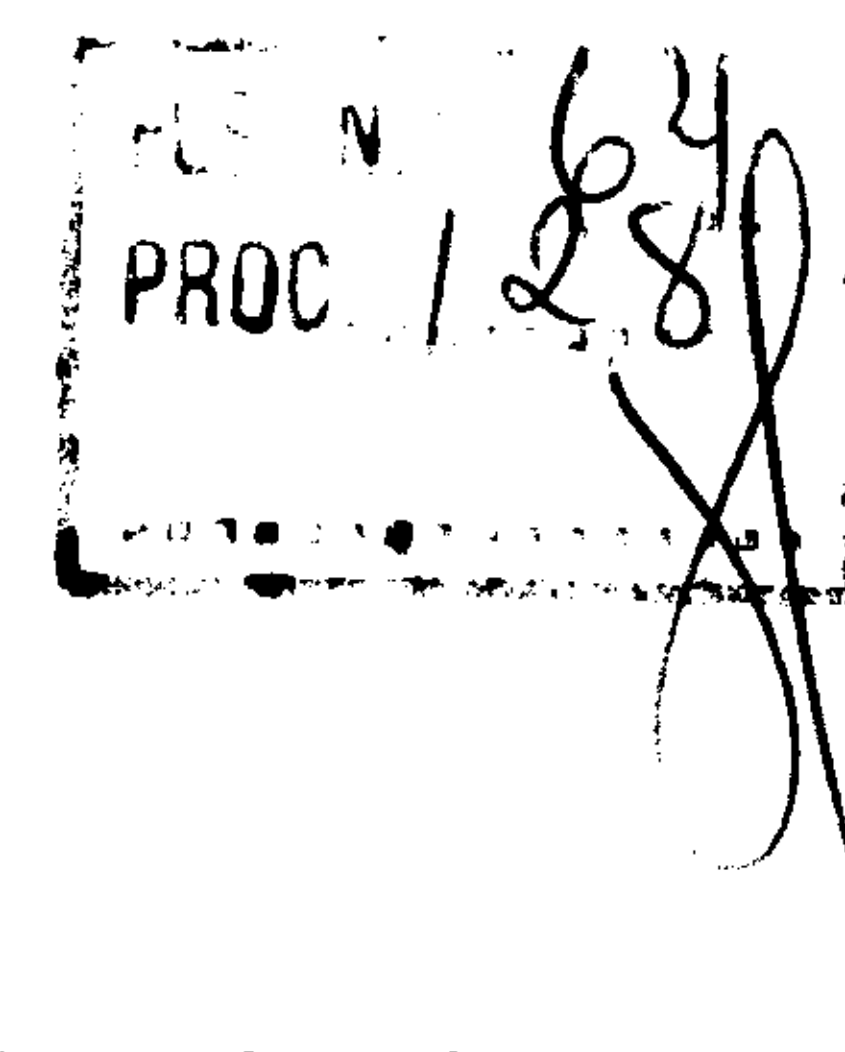
Além disso, pretende-se implementar um conjunto de medidas para viabilizar os principais propósitos desta Administração: descentralizar as atividades do governo pela transferência, aos municípios das ações de assistência técnica e abastecimento, via programas de municipalização; promover parcerias, transferindo para a iniciativa privada a produção de vacinas, sementes e mudas, ficando o Estado com a responsabilidade de produzir sementes básicas e fiscalizar a qualidade e desencadear o processo de privatização das empresas do setor.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

. POLÍTICA AGRÍCOLA ARTICULADA COM O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO;

. CRÉDITO AGRÍCOLA;

. DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Estado de São Paulo dispõe de um sofisticado sistema público de Ciência e Tecnologia - C&T que conta com três Universidades, seis faculdades de tecnologia, 91 escolas técnicas, 18 institutos de pesquisa e uma fundação de amparo à pesquisa. No entanto, este sistema precisa aumentar seu apoio a projetos de desenvolvimento e a políticas públicas de amplo sentido social. Isso poderá ser obtido com um novo modelo de parceria, com metas, prioridades e instrumentos de ação definidos entre Estado, comunidade técnico-científica, organizações da sociedade e entidades representativas dos setores produtivos.

Para transformar os esforços humanos e financeiros do sistema de C&T em eficiente instrumento de desenvolvimento econômico e social, uma política tecnológica para São Paulo vem sendo formulada, através do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia- CONCITE, que terá também a responsabilidade de avaliar as entidades estaduais de ensino e pesquisa, na busca de aumentos de produtividade do sistema. Por outro lado, para enfrentar os desafios da globalização da economia, foi criado o Programa Desenvolvimento e Competitividade do Estado de São Paulo, para apoiar política, econômica e institucionalmente as iniciativas voltadas para a realização de novos investimentos e geração de emprego e renda.

O Governo considera igualmente relevante promover diagnósticos das características e vocações das regiões do Estado, que serão a base do Plano de Desenvolvimento Regional. O papel do Estado, neste contexto, será o de induzir o desenvolvimento, regulamentar as atividades econômicas e apoiar as áreas de capacitação tecnológica, gerencial e de infra-estrutura.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE - PDC;
 - . FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA TECNOLÓGICA;
 - . PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA;
 - . QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA;
 - . APOIO À FORMAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E TÉCNICA.
-

3. PROJETOS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O quadro de exclusão social que caracterizou o país nas últimas décadas exige políticas e ações vigorosas, capazes de garantir um processo de desenvolvimento sustentável, sob pena de se assistir, na virada deste século, a um agravamento ainda maior da crise social vigente. São Paulo, em que pese a sua posição de unidade mais desenvolvida da Federação, apresenta indicadores de qualidade de vida incompatíveis com os princípios de equidade que orientam este Governo. É, portanto, imprescindível renovar sempre o propósito de garantir para o estado, nos próximos anos, uma reversão do quadro de exclusão social herdado, lançando as bases de um modelo de desenvolvimento com responsabilidade social.

Estão previstos, no âmbito do Plano Plurianual, dispêndios em projetos de desenvolvimento social da ordem de R\$ 11,4 bilhões. Desse montante, R\$ 6,8 bilhões serão provenientes de recursos do Tesouro Estadual, R\$ 1,1 bilhão virão de recursos próprios, R\$ 125 milhões, de operações de crédito, R\$ 2,9 bilhões, de recursos vinculados, R\$ 300 milhões, de fontes privadas, e R\$ 201,9 milhões, de outras fontes.

Os projetos e ações para o Desenvolvimento Social estão estruturados em torno de três eixos básicos, conforme explanados a seguir.

3.1 COMBATER O DESEMPREGO E AMPLIAR AS ALTERNATIVAS DE OCUPAÇÃO E RENDA

EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Os efeitos do desemprego estrutural que, atualmente, preocupam todos os países tornam-se cada vez mais graves na sociedade brasileira. Já nos movemos na órbita das grandes mudanças tecnológicas provocadas pela maturação da Terceira Revolução Industrial, sem que se tenha, até o momento, experimentado uma distribuição mais ampla e socialmente desejável dos benefícios do desenvolvimento.

Alguns indicadores incorporados pelo diagnóstico que informa este Plano Plurianual não permitem ilusões: na primeira metade dos anos 90, foram eliminados 360 mil postos de trabalho industrial em São Paulo; neste mesmo período, o setor de serviços abriu 697 mil oportunidades de empregos que, no entanto, não foram suficientes, sequer, para corresponder ao aumento de 1,17 milhão da População Economicamente Ativa (PEA). As oportunidades de emprego são, assim, escassas e mais exigentes em termos de formação e qualificação; dados referentes ao período 1990-95 indicam que elevou-se de 24 para 33% o percentual de empregados com segundo grau de escolaridade.

Estes indicadores, vistos à luz das tendências atuais na transformação das estruturas de emprego, são ainda mais preocupantes. As mudanças em curso na base tecnológica da produção têm se refletido na elevada retração do emprego, mesmo sob condições de expansão econômica. O peso do emprego industrial vem decrescendo sistematicamente. No país, o emprego industrial alcançou, em 1981, cerca de 26% da PEA, situando-se, hoje, em torno de 14%.

Isto significa que a problemática do emprego e da renda, nesta conjuntura, precisa ser enfrentada com outros paradigmas. Trata-se, sobretudo, de estimular a abertura de novas

oportunidades e alternativas de ocupação, de promover o conhecimento das vantagens comparativas locais e regionais - e de envolver diversos atores na sua exploração-, de abrir caminho a variadas formas de parceria com associações comunitárias, com organizações não-governamentais e com a iniciativa privada. Nesta reorganização do mundo do trabalho, é fundamental viabilizar instrumentos que impeçam a discriminação de sexo, raça, estado civil, faixas etárias e condição social.

Nesse sentido, a responsabilidade do Governo na implantação e na consolidação do Sistema Público de Emprego passa pela definição de novos paradigmas de busca de oportunidades, intermediação de profissionais e educação ou reeducação profissional. Este enorme desafio não pode ser exclusivamente do Estado, mas deve envolver entidades públicas e privadas.

Por isso, a atual Administração considera ser da maior relevância, para gerar empregos e oportunidades de trabalho no mercado formal, a implementação do Programa de Desenvolvimento e Competitividade - PDC, através da atração e do estímulo a novos investimentos. No âmbito do PDC, foram criadas as Câmaras Paulistas de Desenvolvimento, com as funções de articular ações de desenvolvimento econômico e social do Governo e da sociedade, com medidas concretas de curto, médio e longo prazos. Já estão em funcionamento as câmaras relativas aos setores portuário, sucroalcooleiro, têxtil, calçadista, da citricultura, de telecomunicações e informática e florestal, envolvendo secretarias de Estado, prefeituras, usuários, sindicatos patronais e de trabalhadores.

O forte crescimento do contingente de desempregados no Estado, nos últimos anos, requer formas alternativas de ocupação da mão-de-obra. Assim, o Governo promoverá, para artesãos, uma ampla reavaliação das atividades de cadastramento, orientação social e jurídica e comercialização e ministrará cursos de formação e aperfeiçoamento, através de parcerias com a sociedade civil, órgãos estaduais e prefeituras municipais.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo

Estadual:

-
- . PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE - PDC;
 - . APOIO A NOVOS EMPREENDIMENTOS;
 - . SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO;
 - . RELAÇÕES DO TRABALHO.
-

3.2. PROMOVER O ACESSO E A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS DE RESPONSABILIDADE PÚBLICA: EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

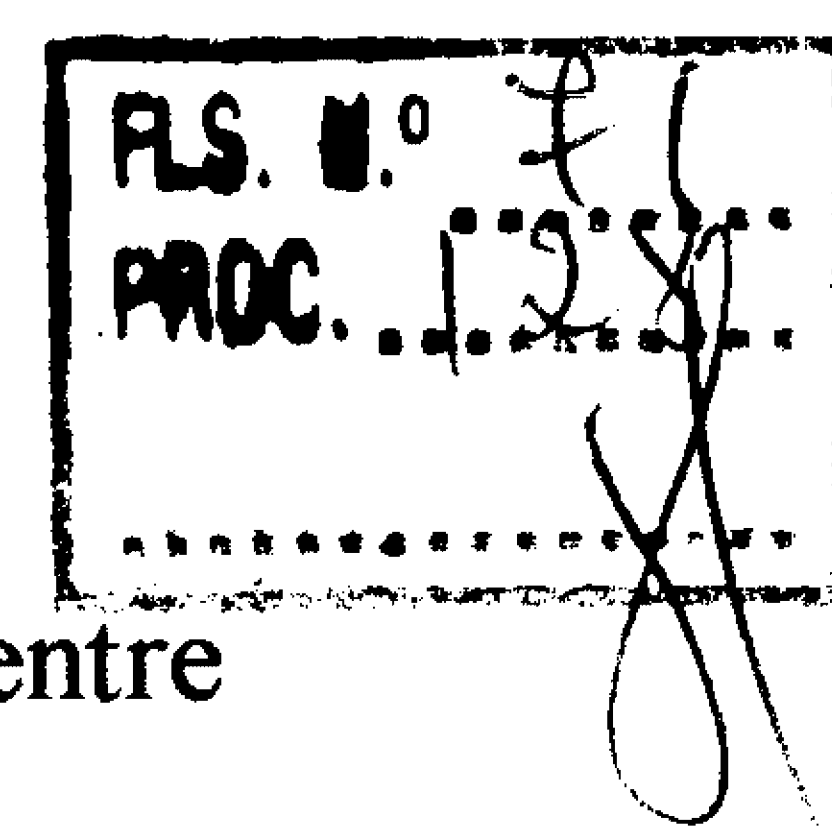
EDUCAÇÃO E CULTURA

O processo de desenvolvimento que queremos trilhar depende de um novo aporte do sistema educacional. Mesmo para os estreitos limites do crescimento econômico, temos hoje um sistema defasado, pois, na conjuntura atual, já não basta um número limitado de técnicos e muitos trabalhadores pouco qualificados. Os novos processos produtivos exigem maior capacidade de pensamento abstrato, interação e decisão dentro de redes de informação e comunicação complexas.

De fato, precisamos construir um novo sistema educacional capaz de contribuir para a formação de indivíduos que dominem os novos códigos da modernidade, tornando-os aptos a participar criativamente do processo de produção e do desenvolvimento da sociedade. Uma formação comprometida com a convivência democrática, com a melhoria da qualidade de vida e com a diminuição das desigualdades sociais, de sexo e raça.

São Paulo conta com universidades e centros de pesquisa de excelência técnica e escolas de bom nível, mas não pode, ainda, orgulhar-se do seu sistema educacional como um todo. O acesso à rede de ensino de primeiro grau foi universalizado, abrangendo a quase totalidade da população em idade escolar. No entanto, apresentamos taxas de repetência muito elevadas. Há uma demanda reprimida de matrículas no segundo grau, inaceitável diante das exigências de maior formação e qualificação postas pelo mercado de trabalho.

A rede de ensino básico é ainda altamente centralizada. 79% dos alunos da 1ª à 8ª série estudam em escolas administradas pelo governo estadual, que se responsabiliza



diretamente por mais de 5 milhões de alunos e cerca de 320 mil profissionais, entre docentes e pessoal administrativo. No gigantismo desta rede está a fonte de grande parte das suas dificuldades: a incapacidade de lidar com a heterogeneidade, a má alocação de recursos, a desvalorização dos seus recursos humanos, o distanciamento da comunidade, a falta de mecanismos de acompanhamento e avaliação, a insatisfação da população e dos próprios profissionais do ensino.

Para reverter este quadro, o Governo vem empreendendo um processo de descentralização, estabelecendo parcerias com os municípios, para que se cumpra o preceito constitucional de se colocar a escola mais perto de sua comunidade. Isto ocorrerá na medida em que Governo e sociedade sejam capazes de envolver todos os segmentos sociais interessados em contribuir para a construção de um sistema educacional comprometido com a democratização da escola e a melhoria da qualidade de ensino.

O Programa de Reorganização das Escolas da Rede Estadual pretende assegurar o atendimento das classes de Ciclo Básico à 4ª série em prédios diferentes daqueles onde são atendidos os alunos das demais séries, ampliar a permanência diária dos alunos para 5 (cinco) horas e implementar medidas pedagógicas importantes, abrangendo aproximadamente 90% das escolas.

Os quadros de pessoal e do magistério necessitam ser melhor dimensionados e seus níveis salariais readequados. Para aprimorar sua formação, estão sendo realizados programas de capacitação nas Oficinas Pedagógicas das Delegacias de Ensino. Esse processo é necessário para que sua evolução funcional esteja mais diretamente associada ao aperfeiçoamento profissional.

A valorização do Magistério se dará, também, por uma recomposição da jornada de trabalho, da fixação numa só escola e na instituição de espaço de tempo para reflexão

coletiva do corpo docente e para o desenvolvimento de projetos de reforço e recuperação de alunos.

A atual Administração pretende implantar novos padrões de gestão, nos quais são fundamentais a partilha de responsabilidades com os municípios, as parcerias com universidades e entidades privadas, para melhorar a qualidade do ensino, e propiciar o aumento da autonomia e o fortalecimento da escola, com avaliação de seus resultados, busca de eficiência e redefinição de papéis.

Pretende, ainda, ampliar as parcerias com o Ministério da Cultura, empresas do Governo Federal, prefeituras municipais e entidades privadas, para promoção de eventos, exposições e atividades, manutenção das Oficinas Culturais do interior, implantação do Museu da Imigração, entre outros.

Especial atenção vem sendo dada à distribuição dos produtos culturais, para captação de recursos, na TV Educativa e na rádio Cultura. Nesse sentido, deverá modernizar o sistema de transmissão e retransmissão, através da implantação do Sistema Satélite, possibilitando a cobertura das áreas mais distantes do Estado.

O Estado deverá ampliar sua ação em programas de reforma e manutenção dos bens tombados, de modo a preservar nosso patrimônio artístico e cultural.

Além de revitalizar e dinamizar o uso dos equipamentos culturais existentes, o Estado investirá na formação de artistas e agentes culturais, através da atuação da Universidade Livre da Música e das Oficinas Culturais, cujo número deverá ser ampliado. Através da Fundação Memorial da América Latina, deverá intensificar ações relativas à preservação da memória, à promoção das artes e dos artistas e à formação de técnicos.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . REFORMA INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL;
 - . VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS;
 - . PROGRAMA DE PARCERIAS;
 - . REDUÇÃO DA EVASÃO E DA REPETÊNCIA ESCOLAR;
 - . AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR;
 - . ATUALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO;
 - . MELHORIA DO ENSINO MÉDIO;
 - . ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVAS.
-

SAÚDE

São diretrizes prioritárias da atual Administração proporcionar ao Estado condições de conduzir a política de saúde, definir políticas claras e objetivas de financiamento do Sistema Único de Saúde - SUS, valorizar o servidor e estimular a participação comunitária e o controle social do SUS.

Esse sistema, que atende gratuitamente mais de 50% da população paulista, precisa passar por um processo de reformulação que promova a descentralização dos serviços. Para tanto, é necessária a redefinição do papel das diferentes esferas de governo, que devem interagir dentro de seus limites e potencialidades. A participação estadual deverá

ser cada vez menor, na prestação de serviços locais de saúde, e, cada vez maior, nas atividades de análise, normatização e avaliação das ações de saúde e de formulação de diretrizes de abrangência regional.

As peculiaridades do Estado de São Paulo mostram a presença de dois contextos bastante distintos: o da Capital, onde a municipalização ainda não ocorreu, e o do interior, onde o processo já está praticamente concluído. Por outro lado, as ações no âmbito da saúde coletiva precisam ainda ser estendidas e incorporadas por grande parte dos municípios, para que, no futuro, o Estado possa se concentrar na sua atuação gerencial.

Este deverá tomar as medidas para tornar o processo de municipalização tecnicamente competente, financeiramente responsável e aberto à participação da sociedade, garantindo o estímulo e o apoio necessários para que os municípios cumpram sua tarefa. Além disso, promoverá parcerias com entidades filantrópicas, sindicatos e organizações comunitárias, para melhorar o atendimento na rede do SUS.

A política de saúde deverá se pautar pelo aprimoramento e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, o planejamento da assistência integral à saúde, a normatização das ações dentro dos limites das definições federais e a execução das ações de nível regional.

Outras metas a serem perseguidas incluem a busca de fontes alternativas de financiamento para o SUS, a avaliação e o controle das ações e dos recursos dispendidos, o monitoramento das condições de vida da população e a construção de um sistema de informações de saúde acessível aos municípios e aos cidadãos. Propõe-se, também, colocar em prática programas prioritários em saúde bucal e mental, do deficiente, da mulher, da criança, da terceira idade, de atendimento de emergências, da AIDS e das doenças endêmicas.

A política de saúde pretende resgatar o papel dos hospitais-escola, concentrando suas ações no campo da pesquisa, ensino e assistência, o que permitirá a incorporação de recursos extra orçamentários às suas atividades.

A assistência médica ao servidor público estadual deverá passar por um processo de organização física e administrativa, de modernização, pela incorporação de tecnologias de pontas, e de expansão do número de convênios com hospitais privados.

Na área de hematologia e hemoterapia, os objetivos são os de diminuir o percentual de demanda reprimida de coletas de sangue, desenvolver e implantar um sistema de garantia de qualidade e investir em pesquisa de novos produtos terapêuticos para portadores do vírus HIV.

Deverão ser, também, desenvolvidos, programas de prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer, de reabilitação de pacientes mutilados por cirurgias oncológicas, programas educacionais e pesquisas e estudos em oncologia.

Na área de atendimento preventivo, serão expandidos os programas de controle de endemias, além dos projetos de assessoria a municípios e estudos e pesquisas em saúde pública.

A defesa da qualidade das ações de saúde deve contemplar medidas de promoção, prevenção e recuperação da saúde, de modo integrado com as ações assistenciais e preventivas. Nesse sentido, cabe também garantir a assistência farmacêutica, interferindo tanto na definição das políticas de produção de medicamentos, como em sua aquisição e distribuição para as secretarias municipais de saúde.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS;
 - . MELHORIA DA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA;
 - . MUNICIPALIZAÇÃO;
 - . ATIVAÇÃO DE LEITOS;
 - . CAPACIDADE DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR;
 - . ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA;
 - . CONTROLE DE ENDEMIAS.
-

CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM ESTAR SOCIAL

Entre 1990 e 1994, o percentual de famílias com carências múltiplas ampliou-se, em São Paulo, de 11,3 para 14,5%. Estima-se que 9 milhões de pessoas no Estado apresentam uma demanda por serviços de assistência social, dos quais cerca de 4,5 milhões representam a demanda prioritária. Com indicadores como estes só podemos falar em desenvolvimento com responsabilidade social se tivermos, ao mesmo tempo, uma política de amparo e promoção social desta ampla camada de excluídos.

O Governo de São Paulo tem transformado em políticas concretas suas convicções quanto à necessidade de enfrentamento da pobreza, de defesa dos direitos dos mais desamparados, respeito às crianças e idosos e promoção social da família necessitada. Para tanto, tem desenvolvido intenso trabalho na área da assistência social, com base na

descentralização dos serviços, na participação da iniciativa privada e das organizações não-governamentais, promovendo a participação das comunidades na solução dos seus problemas.

Através de projeto de educação e proteção integrais e convivência familiar e comunitária, esta Administração pretende oferecer à criança e ao adolescente serviços que assegurem os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, estará apoiando sua educação formal e informal, fornecendo proteção, na forma de abrigo e internação, e incentivando a permanência ou o retorno da criança ou do adolescente ao convívio familiar.

Para o grupo de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, o Governo deverá municipalizar o atendimento em abrigos, através de convênios.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . REFORMA INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL;
 - . EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO E CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA;
 - . ATENDIMENTO A GRUPOS ESPECIAIS;
 - . ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
 - . ATENDIMENTO A JOVENS.
-

HABITAÇÃO

Em meio às dificuldades financeiras conhecidas, o Governo Estadual vem alocando recursos para a habitação popular e pretende garantir uma diminuição sensível do déficit habitacional nos próximos anos. São Paulo tem um déficit habitacional estimado de 912 mil unidades habitacionais. Com a recessão econômica e a desorganização do financiamento para a habitação, ocorrida após 1986, os recursos federais para a habitação em São Paulo escassearam. Mesmo assim, com base apenas nos recursos advindos da cota-parte do ICMS destinada à habitação, o Governo Estadual tem desenvolvido expressivo programa de construção de moradias.

Esse déficit habitacional tem o perfil da pobreza da população: concentra-se nos segmentos de mais baixa renda, nas famílias mantidas por mulheres e entre aqueles que não têm fonte de renda formal. Daí a importância de uma política habitacional que leve em consideração as distintas realidades de homens e mulheres em relação à renda.

Em função dessas carências, o Governo deverá desenvolver ações e projetos que possibilitarão a redução do atual déficit habitacional, através da atuação integrada entre os diversos agentes e órgãos estaduais, regionais e municipais e o setor privado.

A política habitacional do Estado vem sendo executada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, responsável pela implantação dos empreendimentos habitacionais nos municípios, com a participação das empresas de saneamento básico e energia. A participação municipal nos programas ocorre através da doação de terrenos e da implantação da infra-estrutura urbana.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . PROGRAMA DE PARCERIAS;
 - . POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO;
 - . ATENDIMENTO À POPULAÇÃO CARENTE E VÍTIMA DE CALAMIDADE PÚBLICA.
-

ESPORTES E TURISMO

As atividades de esporte e turismo contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, na medida em que promovem melhores condições de saúde, maior integração social e desenvolvimento cultural.

O Governo do Estado pretende democratizar a educação física e o esporte associado ao lazer, beneficiando, sobretudo, as camadas mais pobres da população e abrindo espaço à participação de minorias habitualmente marginalizadas, como idosos e deficientes.

Na área de esportes e recreação, há necessidade de um trabalho de integração com as federações esportivas, prefeituras municipais, clubes, ligas amadoras e associações de moradores. As obras esportivas inacabadas e as em execução, nos municípios, deverão ser concluídas através de parcerias.

Por sua vez, faz-se necessário o trabalho de regionalização e ampliação das atividades turísticas, enquanto alternativa viável para a geração de novas oportunidades de

emprego. Neste sentido, uma das prioridades centra-se na filosofia do Ecoturismo, que procura compatibilizar a exploração turística com a preservação do meio ambiente.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS REGIONAIS;
 - . PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
-

3.3 DEFENDER E PROMOVER OS DIREITOS DE SEGURANÇA, CIDADANIA E JUSTIÇA E ABRIR ESPAÇOS PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA DISCUSSÃO E SOLUÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS

SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

É patente o aumento da demanda por serviços na área de segurança pública, considerado o quadro de desemprego estrutural que cresce no Estado, o acúmulo de tensões e conflitos que a população tem experimentado, particularmente nas regiões de grande concentração urbana. Como em outros setores, mas neste de forma mais dramática, o Governo Estadual enfrenta dificuldades enormes, expressão do descompasso entre as necessidades da sociedade e as limitações do aparelho de Estado. Estamos diante de problemas em que relativamente pouco pode ser transferido para o setor privado e, portanto, dependente da liberação de recursos de outras áreas para que neles sejam investidos.

A proporção entre a população do Estado e os efetivos policiais evidencia significativa defasagem que se acumulou ao longo dos anos, relevando-se como um dos fatores limitativos das atividades policiais. A insuficiência de recursos para o setor também se manifesta na quantidade inadequada de viaturas, constituindo outra fragilidade no combate à criminalidade.

Diante do quadro encontrado, foram estabelecidas prioridades na atuação da Administração, destacando-se, dentre elas, maior informatização e uso das telecomunicações e das tecnologias de informação como instrumentos para agilizar os processos de decisão e facilitar a execução das tarefas. Para promover a política de otimização dos recursos humanos serão realizados cursos de treinamento e de especialização.

Visando à racionalização dos serviços, foi implantada a primeira fase do sistema de rádio-comunicação, que atende a Zona Central da Cidade de São Paulo, devendo ser estendida para as demais zonas da capital e Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. Tal projeto objetiva a descentralização do Centro de Operações da Polícia Militar - COPOM e a interligação das telecomunicações com o Corpo de Bombeiros.

A expansão dos serviços de bombeiro deverá ser obtida através do incentivo à criação de postos municipais mistos, voluntários e privados, buscando parcerias com municípios, comunidades e empresas credenciadas pela Escola de Bombeiros e a participação no sistema educacional preventivo, nas escolas e universidades.

O Sistema Estadual de Trânsito, que administra 53% da frota nacional de veículos, tem como diretriz a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Para tanto, pretende-se ampliá-los, colocando sinalizações viárias em diversos municípios do interior e implantando Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANS.

Quanto ao sistema penitenciário, a excessiva concentração da população carcerária e a falta de recursos materiais e humanos estão na origem das rebeliões e tentativas de fuga. Os sistemas policial e de prisão têm encontrado enormes dificuldades de administrar o crescimento da criminalidade e a conseqüente superlotação das penitenciárias. Estes fatores, aliados a deterioração da infra-estrutura penitenciária, têm levado as delegacias de polícia a assumirem a responsabilidade adicional de manter vigilância permanente sobre os sentenciados, que cumprem pena em suas dependências. É importante lembrar, também, os altos custos de manutenção dos presos e a ociosidade vivida nas cadeias públicas, uma vez que, ao contrário do que ocorre nos estabelecimentos penitenciários, elas não possuem condições necessárias para que o apenado desenvolva qualquer tipo de atividade.

O Governo Estadual buscará atender à necessidade de ampliação das vagas nos presídios, através da realização de parcerias. O programa está inserido na nova Política Penitenciária em implantação no estado, com vistas à construção de um sistema penitenciário que ofereça condições de ressocialização do internado e de segurança à sociedade. Sua ênfase está na reestruturação das prisões e, excepcionalmente, nas unidades de segurança máxima, como no caso do Centro de Readaptação Penitenciária, indispensável para os presos de alta periculosidade.

Além disso, desenvolveu-se estudos para possibilitar a desativação do Complexo Prisional do Carandiru e sua inserção no Programa Estadual de Desestatização e Parcerias com a iniciativa privada. A viabilidade de tal iniciativa depende da obtenção de recursos financeiros para desenvolver e implantar as novas unidades prisionais, de menor porte, descentralizando-as na RMSP. O estabelecimento de um cronograma de desativação estará associado à capacidade de construção de presídios através de recursos que não onerem o Tesouro do Estado.

Paralelamente, o Administração dará prioridade à recuperação social dos presidiários e à melhoria das condições de vida carcerária. A Fundação de Amparo ao Preso - FUNAP, além de oferecer assistência judiciária, em convênio com a Procuradoria Geral do Estado, promoverá a melhoria da qualificação profissional, através de programas educacionais e culturais.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . REEQUIPAMENTO E MODERNIZAÇÃO;
 - . COMPLEMENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA;
 - . REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS E DO SERVIÇO DE SALVAMENTO MARÍTIMO;
 - . SUPORTE ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SISTEMA JUDICIÁRIO;
 - . APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO AO SISTEMA PENITENCIÁRIO.
-

JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA

A decisão política de tornar a justiça mais próxima do cidadão é o eixo fundamental dos projetos e ações do governo relacionados nesta área. Tem-se como ponto de partida a compreensão de que nas sociedades democráticas já não bastam, para a administração pública, os mecanismos de legitimidade legislativa e eleitoral. Cada vez mais a dinâmica das decisões políticas exige contínuo processo de interação entre Governo e sociedade civil. Faz-se necessária, por isso, a criação de instâncias e mecanismos diversos de intermediação, capazes de viabilizar a comunicação entre Governo e as forças organizadas da sociedade.

O Governo está interessado e procura abrir espaços para uma nova participação da sociedade civil na discussão e solução dos seus problemas. Não projeta investir em publicidade meramente promocional, mas busca aumentar o acesso dos cidadãos às informações sobre os serviços, fontes e uso dos recursos, prioridades estabelecidas e

direitos da cidadania, particularmente daqueles mais penalizados: crianças, idosos, mulheres, negros, pessoas portadoras de deficiências e desabrigados.

Para tanto, tem desenvolvido mecanismos de maior aproximação com segmentos da sociedade civil, através de novas parcerias, seja com o setor privado, organizações não-governamentais e comunitárias; com órgãos colegiados vinculados às Secretarias de Estado e o Gabinete do Governador; ou com o Fórum da Cidadania e órgãos de Defesa do Consumidor. Por outro lado, estão sendo criados Centros de Integração da Cidadania e serviços de informação à população.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . REFORMA INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL;
 - . CENTROS DA INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA;
 - . NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL;
 - . POLÍTICA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA;
 - . DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS.
-

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado - PGE atua em três grandes áreas. O Contencioso, que tem como responsabilidade a defesa do Estado em juízo, seja como autor, réu ou terceiro

interessado nos processos, administra processos judiciais, dos quais a grande maioria refere-se às ações de execução fiscal para a cobrança da dívida ativa.

Nesta área têm sido adotadas medidas significativas em relação à adjudicação de bens penhorados em execuções fiscais e ao parcelamento de débitos inscritos e ajuizados. No entanto, para modernizar e racionalizar a estrutura existente, é conveniente a criação da Procuradoria de Assuntos Penais, instrumento de combate à improbidade do contribuinte e à evasão fiscal. Igualmente é desejável a instalação da Procuradoria de Proteção aos Interesses Difusos e Coletivos.

A Consultoria, cuja função é prestar consultoria e assessoria à Administração, realiza um trabalho jurídico preventivo e de orientação às Secretarias no controle da legalidade dos atos administrativos. Subsidiaria, também, o Contencioso Geral, no que concerne às informações necessárias à defesa do Estado em juízo.

O aprimoramento de um projeto democrático exige o fortalecimento dessas atividades, para que o respeito à Lei e à indisponibilidade do patrimônio e do interesse público permeiem os atos administrativos, enquanto norma de conduta e não apenas como resposta às denúncias. Dessa forma, é importante a instalação da Procuradoria para Assuntos Tributários e da Procuradoria de Assuntos Fundiários, aparelhando o Estado nas resoluções das questões pertinentes.

Por fim, a Assistência Judiciária, que oferece orientação jurídica e defesa em juízo à população carente, atendendo, anualmente, direta e indiretamente a mais de um milhão de pessoas em todas as áreas do direito.

Os objetivos de racionalização e melhoria da qualidade do serviço prestado impõem a extensão gradativa do serviço direto de assistência judiciária gratuita à população. Isto,

ao lado da execução de medidas imprescindíveis de reorganização da Procuradoria de Assistência Judiciária, permitirá um desempenho adequado das atribuições dessa área.

Atualmente, apenas 23 das principais cidades do Estado são servidas diretamente pela PGE, sendo que a orientação jurídica e a defesa da população carente, nas comarcas onde não existe serviço próprio de assistência jurídica, são realizadas mediante convênios com entidades e prefeituras, ou credenciamento direto de advogados.

Torna-se, portanto, interessante a instalação de novos postos para assistência jurídica, nas localidades que apresentam maior demanda, objetivando melhorar a qualidade do serviço prestado e reduzir os gastos com defensores dativos.

Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Estadual:

-
- . SISTEMA JURÍDICO DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA;
 - . DEFESA DO ESTADO, EM JUÍZO, NAS AÇÕES NÃO TRIBUTÁRIAS, E NA INTEGRAÇÃO INTERSECRETARIAL;
 - . ATENDIMENTO JURÍDICO À POPULAÇÃO CARENTE;
 - . APERFEIÇOAMENTO E AMPLIAÇÃO DA ADVOCACIA CONSULTIVA DO ESTADO.
-

JUNTADA

Seguo juntada una
fl. de n.º 88
D.O.L. 16/2/10 at

_____ *g*

